



DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAÍ

**Caderno de
recomendações
para a sustenta-
bilidade da cadeia
de valor do açaí**

2023

DIÁLOGOS PRÓ-AÇAI

Caderno de recomendações para a sustentabilidade da cadeia de valor do açai

Autores principais: Pollyanna Coêlho de Sousa; Luis Fernando Iozzi Beitem; Renata Guerreiro; Caroline Fontolan; Maria Luiza Benini (Instituto Terroá).

Revisores técnicos: Alencar Duarte Braga (MDA); Ana Cristina Nobre (Consultora GIZ); Anderson Sevilla (Embrapa); Carlos Ramos (Conexus); Gunter Viteri (Ecoconsult/Conexus); Dolores Brito (Plataforma NVS/Inmetro); Eliane Superti (UFPB); Hervé Rogez (UFPA); Marcos Allan dos Reis (UFPA); Rogério Corrêa (Plataforma NVS/Inmetro); Talia Bonfante (Ecoconsult/Conexus).

Colaboradores: Amanda Paiva Quaresma (Iara Consultoria); Fernanda Stefani (100% Amazônia); Fernanda Vaz (FSC); Hamilton Condack (Projeto RECA); Hercília Costa (Sambazon); Juliana Lício (Maniã); Kairo Martins (Inmetro); Rossynara Marques (OakBerry); Rafaella Carvalho (IICA/MDA); Tarcila Portugal (MDA); Valdo Biernaski (Grupo Zeppone).

Fotografias: Acervo Instituto Terroá.

Projeto visual/infográficos: Thiago Basso (Obass).

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas. Como citar? Diálogos Pró-Açaí. Caderno de Recomendações para a Sustentabilidade da Cadeia de Valor do Açaí. 2023.

Realização



Por meio da



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
E AGRICULTURA FAMILIAR



Índice

Lista de siglas	04
Glossário	05
Apresentação	07
O caderno de recomendações	11
Normas regulatórias	21
Direitos Humanos	31
ATER	40
Manejo Florestal Sustentável	46
Beneficiamento	51
Comercialização	58
Organização Social	65
Pesquisa e Inovação	70
Articulação Intersetorial	77
Considerações finais	81
Referências	83

Lista de siglas

- ANATER** Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- APPs** Áreas de Preservação Permanente
- BASA** Banco da Amazônia
- BNCC** Base Nacional Comum Curricular
- BNDES** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAF** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- CAR** Cadastro Ambiental Rural
- CFR** Casa Familiar Rural
- CLPI** Consentimento Livre, Prévio e Informado
- EFAS** Escolas Famílias Agrícolas
- EPIs** Equipamentos de Proteção Individual
- EMATER** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- GIZ** Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável
- ICMBIO** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IFPA** Instituto Federal do Pará
- INCRA** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LCAs** Laboratórios Criativos da Amazônia
- Lista TIP** Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
- MAPA** Ministério da Agricultura e Pecuária
- MDA** Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- MEC** Ministério da Educação
- MPF** Ministério Público Federal
- NCM** Nomenclatura Comum do Mercosul
- NVS** Normas Voluntárias de Sustentabilidade
- OCB** Organização das Cooperativas do Brasil
- OSCs** Organizações da Sociedade Civil
- PAE** Projeto de Assentamento Agroextrativista
- PAIS** Programa Amazônia Integrada e Sustentável
- PCT** Povos e Comunidades Tradicionais da Floresta
- PETI** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PGPM** Política de Garantia de Preços Mínimos
- PMFS** Plano de Manejo Florestal Sustentável
- PNAE** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNATER** Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
- PRONAF** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATER** Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária
- PSA** Pagamento por Serviços Ambientais
- RBs** Relação de Beneficiários
- REDD** Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal
- RL** Reserva Legal
- SAFs** Sistemas Agroflorestais
- SEBRAE** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEDAP** Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca/PA
- SEDEME** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia/PA
- UNISOL** Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

Glossário

Agricultor familiar ou empreendedor familiar Aquele que atende aos requisitos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Agroextrativismo Combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento. É orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais, conforme as normas técnicas vigentes sobre produtos orgânicos do extrativismo.

Comércio justo Garantia de relações éticas, transparentes e responsáveis entre os diversos atores da cadeia, com base em uma distribuição justa de benefícios, baseada em uma economia solidária, e na valorização da diversidade cultural e histórica das comunidades tradicionais.

Desenvolvimento Sustentável Uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Empreendimentos Comunitários, Familiares e Artesanais Sociedade empresarial, cooperativa, associação e condomínio, geridas por comunidades tradicionais ou agricultores familiares, enquadrados na Lei nº11.326/2006 e no Decreto nº 6.040/2007.

Compreende as comunidades locais que estão diretamente envolvidas na produção, coleta e processamento do açaí.

Governo Órgãos governamentais, em suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), que possuem um papel regulatório e de apoio na cadeia do açaí. Isso inclui a criação de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento sustentável do setor, em todas as etapas e atores envolvidos.

Inclusão digital Atendimento das necessidades de comunicação com os diferentes setores da sociedade, promovendo nos diferentes territórios onde o açaí é produzido o atendimento a exigências do mercado e regulamentações governamentais, resultando em melhorias em educação, saúde, empreendedorismo e gestão do território.

Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) De acordo com o Fórum das Nações Unidas sobre Normas de Sustentabilidade, as NVS são regras em relação às quais produtores, comerciantes, fabricantes, varejistas e prestadores de serviços podem ser solicitados a seguir para que as atividades exercidas se desenvolvam sem ocasionar danos a pessoas ou ao meio ambiente. Essas normas auxiliam na manutenção do bem-estar do trabalhador, protegem comunidades e o solo, bem como defendem os direitos humanos, dirimindo os impactos ambientais da produção e do consumo.

Glossário

Organizações da Sociedade Civil (OCSs) Entidades que atuam como organizações de apoio na cadeia do açaí, realizando atividades de assessoria técnica, capacitações, incidência política e realização de estudos relacionados ao setor. Podem atuar como intermediárias na relação entre empreendimentos comunitários, setor privado e governo, buscando garantir que os interesses coletivos sejam atendidos.

Povos e Comunidades Tradicionais Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição, conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Setor privado Empresas e empreendedores que atuam na comercialização, processamento, distribuição e prestação de serviços compõem o setor privado. Eles desempenham um papel importante ao agregar valor aos produtos, tornando-os aptos para diferentes mercados.

Territórios Tradicionais Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, com base nos Arts. 231 da Constituição Federal e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Universidade e Centros de Pesquisa Órgãos de pesquisa e extensão que atuam na cadeia do açaí em diferentes etapas, interagindo com os diversos atores envolvidos, com recursos do governo e/ou outras fontes de financiamento. Desempenham um papel fundamental na geração de conhecimento científico e tecnológico para o setor.

Apresentação

Pensar estratégias inclusivas, sustentáveis e justas para a Amazônia requer processos participativos, visões estratégicas e reconhecimento das especificidades locais, tanto do ponto de vista socioambiental quanto das relações produtivas e de mercado. Neste cenário, o fortalecimento da cadeia de valor do açaí é essencial para o desenvolvimento da região e para a promoção de uma sociobioeconomia pautada no valor da floresta em pé, junto com os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

O açaí é um produto de suma importância nas dietas, nas culturas e na realidade produtiva da Amazônia. É parte da alimentação cotidiana das populações da Amazônia, ao mesmo tempo em que tem ganhado importância vital para a economia a nível nacional e também internacional. O desenvolvimento desta cadeia deve ocorrer gerando segurança alimentar e riqueza nos níveis micro, meso e macro.

Neste cenário, a publicação Caderno de Recomendações para a Sustentabilidade da Cadeia de Valor do Açaí, elaborado pela rede setorial multiatores Diálogos Pró-Açaí, configura-se como um importante aporte para o desenvolvimento sustentável desta cadeia de valor, a qual reúne um conjunto de recomendações relacionadas a políticas públicas, práticas dos setores produtivos, ciência e inovação etc. Espera-se que esta publicação sirva de base para a agenda do setor do açaí nos próximos anos, impactando positivamente o seu desenvolvimento rumo à sustentabilidade.

Este trabalho também nos alegra por ser fruto do projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor. Como um projeto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, esta iniciativa é desenvolvida em estreita relação entre o Ministério Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Deutsche

Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ). Por meio deste, promovemos ações estratégicas e estamos atuando em conjunto com instituições, empreendimentos locais, empresas e setor governamental, como é o caso do espaço criado e dinamizado pelo Diálogos Pró-Açaí.

Desejamos uma leitura inspiradora, que promova reflexões e ações positivas para o desenvolvimento da cadeia do açaí e da sociobioeconomia na Amazônia!

Fernanda Machiaveli

Secretaria Executiva
Ministério do Desenvolvimento
Agrário e Agricultura Familiar (MDA)



Os Diálogos Pró-Açaí

A rede setorial multiatores Diálogos Pró-Açaí foi criada em 2018 para promover um debate qualificado em prol do fortalecimento e da sustentabilidade desta importante cadeia da sociobiodiversidade. A missão é conectar, engajar e mobilizar atores-chave em prol do fortalecimento e desenvolvimento justo e sustentável da cadeia de valor do açaí, por meio da construção conjunta de recomendações e agendas intersetoriais.

A iniciativa estimula parcerias, intercâmbios e trocas de experiências para oportunizar sinergias e enfrentar riscos comuns de forma coletiva, além de produzir estudos e eventos para a ampliação do conhecimento, na expectativa de promover recomendações para a melhoria de políticas públicas e o fortalecimento de um ambiente de negócios. Por meio de um diálogo técnico e político entre as principais partes interessadas, os Diálogos Pró-Açaí visam promover a sustentabilidade do setor, por meio de diálogos contínuos e fluidos para o seu fortalecimento.



Diálogos

Fomentar o diálogo técnico e político entre as principais partes interessadas e promover uma abordagem de sustentabilidade da cadeia de valor.



Parcerias

Estimular parcerias, intercâmbios e trocas de experiências para oportunizar sinergias e enfrentar riscos comuns de forma coletiva.



Conhecimento

Produzir estudos e eventos para a ampliação do conhecimento em prol da sustentabilidade da cadeia.

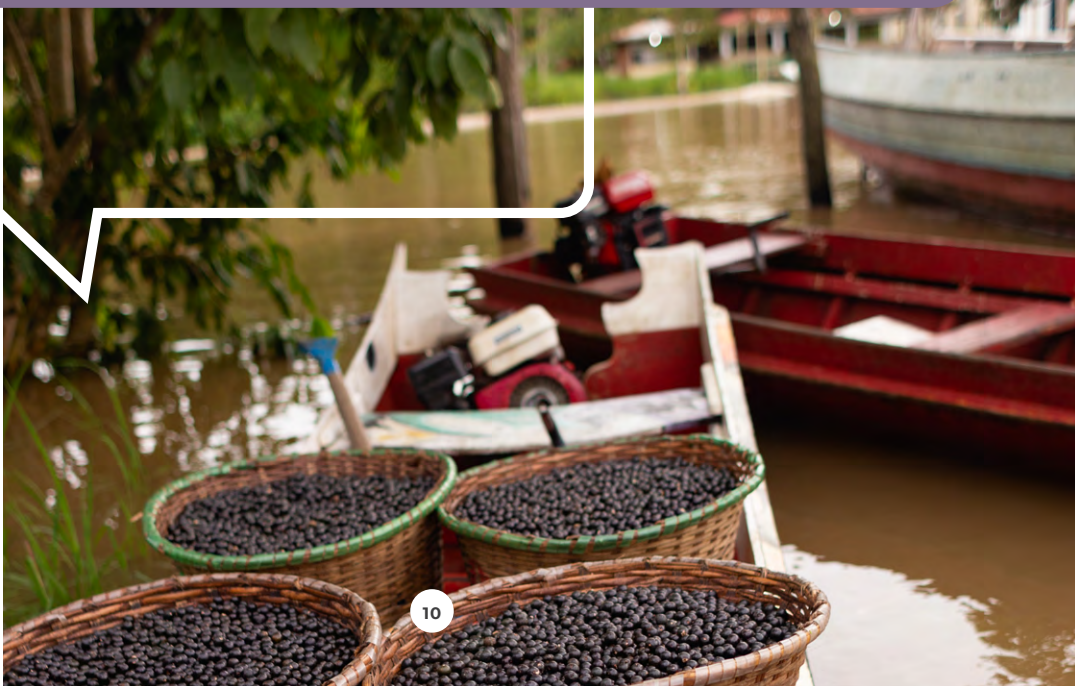


Melhorias

Promover recomendações para a melhoria de políticas públicas e o fortalecimento do ambiente de negócios.

Atualmente, a iniciativa conta com mais de 80 organizações parceiras e envolve mais de 150 representantes de setores governamentais, empresas, cooperativas e associações, instituições financeiras, incubadoras/aceleradoras, redes nacionais multissetoriais, sistemas de certificação, organizações do terceiro setor, universidades, centros de pesquisa e de assistência técnica.

A iniciativa Diálogos Pró-Açaí se originou do projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável, uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), contando com o apoio de execução do consórcio IPAM/EcoConsult e Instituto Terroá. Atualmente, a iniciativa é apoiada pelo projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor, parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, em uma parceria com o Consórcio ECO-Consult e a Conexsus. A secretaria executiva dos Diálogos Pró-Açaí é realizada pelo Instituto Terroá.



O caderno de recomendações

Este documento apresenta uma série de recomendações para o avanço na sustentabilidade da cadeia de valor do açaí, abrangendo as comunidades tradicionais, agroextrativistas e a agricultura familiar relacionadas ao setor, iniciativa privada, governo, universidades, centros de pesquisa e Escolas Famílias Agrícolas (EFAS). A rede setorial multiatores Diálogos Pró-Açaí, desde o seu surgimento em 2018, vem promovendo um debate qualificado sobre as principais pautas do setor, resultando em documentos e estudos importantes, com a finalidade de compreender e identificar as principais demandas e sistematizar as informações para propor resoluções assertivas e aumentar a visibilidade da cadeia.

Em 2021, surgiu a necessidade de elaborar um documento orientador com as principais recomendações que pudessem sanar as fragilidades identificadas, iniciando-se, assim, um longo e minucioso processo de sistematização conduzido pela secretaria executiva da rede, que contou com a participação dos integrantes do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade, resultando neste Caderno de Recomendações para a Sustentabilidade na Cadeia de Valor do Açaí. Portanto, este documento é fruto de um esforço colaborativo, que coloca o açaí no centro das discussões globais relacionadas às mudanças climáticas e direitos humanos, conservação e uso sustentável da biodiversidade e inserção de comunidades locais em circuitos sociobioeconômicos, entre outros temas.

A iniciativa, ao longo desta jornada, foi se especializando no levantamento de informações e no acúmulo e divulgação de conhecimento sobre o setor. Os participantes da rede podem ter acesso a uma biblioteca virtual com os principais estudos já realizados

sobre açaí, dados estatísticos e outras informações sumarizadas e centralizadas, além do acesso à divulgação das ações realizadas pela rede por meio de um boletim trimestral e de um site que engloba todos esses produtos, para promover e valorizar a cadeia.

A construção do documento

O Caderno foi elaborado a partir de um protocolo metodológico, com 5 etapas. As etapas são detalhadas a seguir, apresentando um marco temporal dos produtos que foram gerados.



Facilitação de espaços participativos multissetoriais, visando a troca de conhecimentos e a sistematização de informações

Realização de encontros e eventos participativos promovidos pela rede Diálogos Pró-Açaí, que resultaram em relatórios e documentos técnicos. Outras ações: visitas técnicas em diferentes áreas de produção, visitas em indústrias e laboratórios de grupos de pesquisa com foco na temática e revisão documental contínua (referenciais teóricos e materiais fonte de inspiração). Entre os encontros e documentos elaborados, destacam-se:

- 2018** Seminário Diferenciação e rastreabilidade para produtos da sociobiodiversidade da Amazônia;
- 2019** Workshop Diálogos Pró-Açaí;
- 20/21** Ciclo de Debates sobre Riscos e Recomendações para a cadeia do açaí;
- 2021** Webinário sobre Serviços Ecosistêmicos;
- 2021** Criação do GT de Sustentabilidade e GT de Informação e Conhecimento com encontros regulares;
- 2022** Oficina de Trabalho Direitos Humanos nas Cadeias do Açaí e Castanha: Um Olhar para os Parâmetros do Trabalho Decente;

- 22/23** Realização da Caravana do Açaí, com diagnósticos participativos em 10 organizações comunitárias (associações ou cooperativas) atuantes na cadeia;
- 2023** Evento presencial dos Diálogos Pró-Açaí em Belém (PA), com a validação da versão preliminar do Caderno junto aos diferentes atores envolvidos.

Agenda contínua

Sistematização das demandas levantadas pela iniciativa.



Definição participativa de escopo e conteúdo

Em 2022, a partir da realização de seminários junto aos integrantes do GT Sustentabilidade e Comitê Diretor dos Diálogos Pró-Açaí, foram definidos o escopo e conteúdo do documento, resultando em um sumário preliminar, que foi detalhado a partir de uma vasta revisão de literatura, sendo reforçado com consultas a especialistas.



Sistematização e análise de referencial bibliográfico e dados secundários

Foram realizadas consultas em, ao menos, 261 estudos e documentos técnicos e científicos a respeito das temáticas abordadas no Caderno. Os temas foram agrupados para que as informações coletadas pudessem ser evidenciadas, reforçadas ou comparadas com as bibliografias consultadas. Destaca-se que, no âmbito do desenvolvimento dos Diálogos Pró-Açaí, também foram realizados alguns documentos que contribuem diretamente com este trabalho, tais como:

- 2020** Estudo Padrões de Sustentabilidade na Cadeia do Açaí;
- 2021** Documento com Recomendações de Políticas Públicas para a cadeia do açaí/Policy Brief;
- 2022** Carta de intenções da iniciativa.



Elaboração textual do documento

Após a pesquisa sistemática em documentos técnicos, iniciou-se a etapa de elaboração textual, com um compilado de informações por temáticas prioritárias anteriormente definidas, que foram sendo filtradas, até a concepção de uma minuta básica para apreciação dos participantes do GT Sustentabilidade, Comitê Diretor e especialistas.

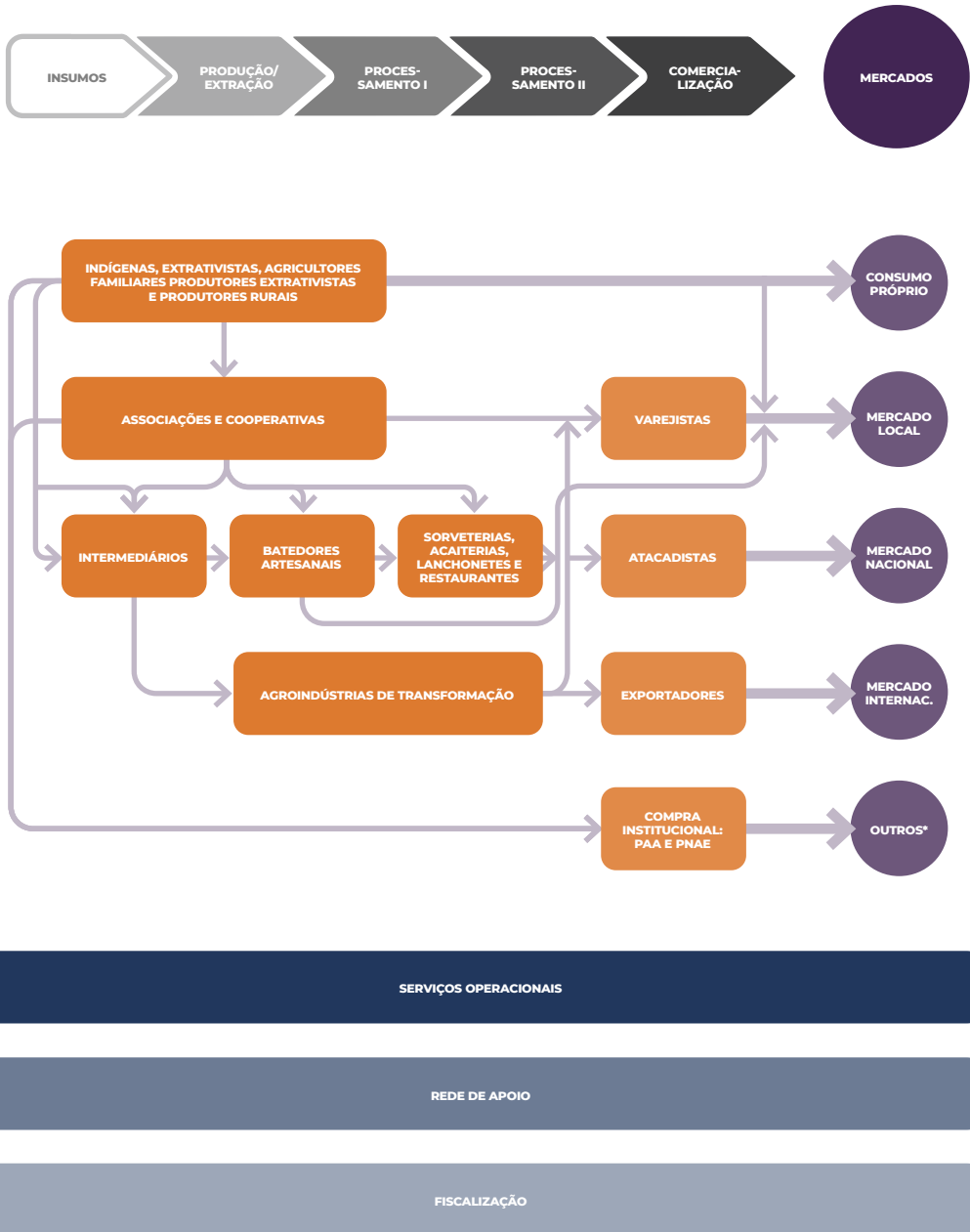


Consulta pública para revisão e validação do documento

Com a minuta das recomendações elaborada, o documento foi disponibilizado para o público da rede, realizando-se paralelamente consultas bilaterais com participantes para tratar temas específicos complexos. Após a fase de consulta, o documento passou por revisões técnicas por especialistas e finalmente, a validação do documento pela rede Diálogos Pró-Açaí.

Durante a etapa de construção do documento **4** foram realizados um **mapeamento da cadeia de valor do açaí** pelo método Value Links (figura da página seguinte) e um estudo sobre os Direitos Humanos na cadeia de valor do açaí, os quais foram importantes para a construção das recomendações, permitindo a análise dos riscos, desafios, oportunidades e estratégias nos níveis macro, meso e micro-temáticos, fundamentais para a definição dos temas prioritários e das ações elencadas.

Mapa da cadeia de valor do açaí (Euterpe spp.)



* Outros: Hospitais, forças armadas, presídios, universidades, hospitais, creches, escolas etc. Fonte: GIZ/MDA (2022).

O documento está estruturado em quadros, que contemplam: a) temas e subtemas prioritários; b) estratégia de sustentabilidade; c) resultado sistêmico esperado; e d) ações prioritárias/recomendações. Ao todo são nove temas, 39 subtemas e 436 recomendações de sustentabilidade.

Em ações prioritárias/recomendações, o conteúdo está dividido pelos agentes capazes de concretizar ações, no contexto de suas competências, sendo eles: empreendimentos comunitários tradicionais, agroextrativistas e artesanais; setor privado; governo; universidades e centros de pesquisa e organizações da sociedade civil (OSCs).

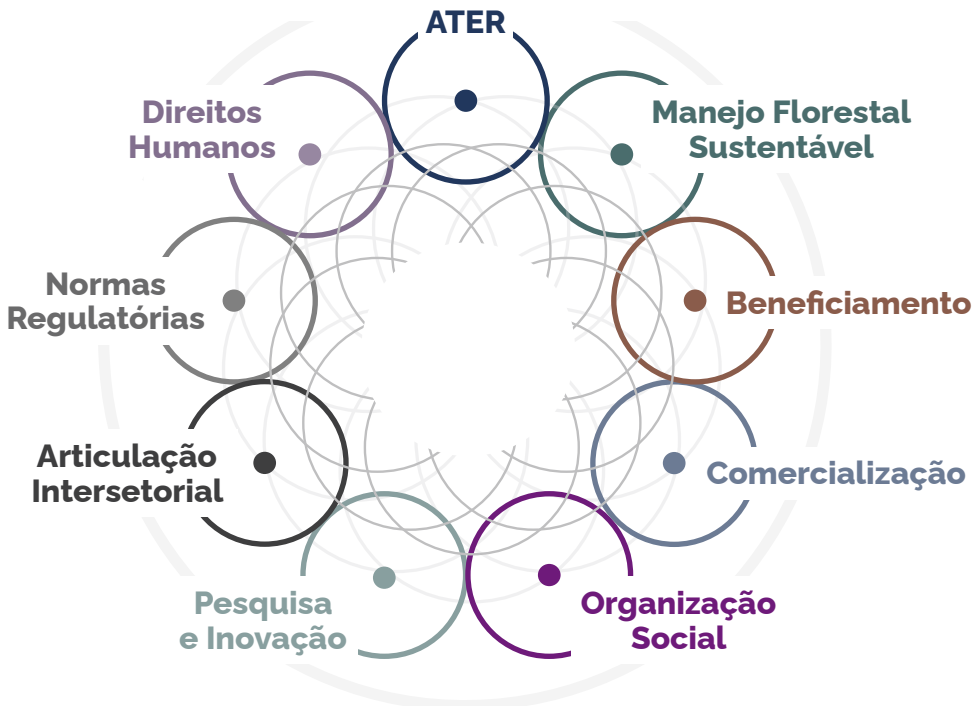
Composição dos quadros de recomendações para a sustentabilidade na cadeia de valor do açaí



Temáticas de sustentabilidade para a Cadeia de Valor do Açaí

Neste documento, exploramos temas fundamentais para promover a sustentabilidade na cadeia de valor do açaí. Cada elemento é parte integral da mandala e contribui para uma visão integrada que impulsiona a cadeia em direção a um futuro sustentável e resiliente.

Arranjo dos temas e subtemas apresentados neste documento



- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí

- Associação e negociação
- Trabalho digno e seguro
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

- Beneficiamento de polpa
- Finanças comunitárias
- Assistência técnica
- ATER para produção

- Boas práticas de manejo
- Resíduos contaminantes
- Preservação de matas ciliares

- Rastreabilidade do açaí
- Sazonalidade
- Transporte
- Valorização das bateadeiras
- Resíduos sólidos (caroço)

- Acesso a mercados e autonomia
- Comércio justo

- Financiamento
- Produtos da sociobiodiversidade

- Gestão de negócios comunitários
- Inclusão digital
- Cultura alimentar

- Equipamento de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos e embalagens
- Prospeção de negócios
- Gestão da informação

- Articulação do açaí
- Redes para comercialização

Temas, subtemas e quantidade de ações

Normas Regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí

Direitos Humanos

- Associação e negociação
- Trabalho digno e seguro
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- Beneficiamento de polpa
- Finanças comunitárias
- Assistência técnica qualificada
- ATER para produção

Manejo Florestal Sustentável

- Boas práticas de manejo
- Resíduos contaminantes
- Preservação de matas ciliares

Beneficiamento

- Rastreabilidade do açaí
- Sazonalidade
- Transporte
- Valorização das bateadeiras
- Resíduos sólidos (caroço)

Comercialização

- Acesso a mercados e autonomia
- Comércio justo
- Acesso a fontes de financiamento
- Produtos da sociobiodiversidade

Organização Social

- Gestão de negócios comunitários
- Inclusão digital
- Cultura alimentar

Pesquisa e Inovação

- Equipamento de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos
- Economia circular e embalagens
- Prospecção de negócios
- Gestão da informação

Articulação Intersetorial

- Articulação intersetorial do açaí
- Redes para comercialização

Abordagem sistêmica e integrada

Inicia-se explorando as ● **Normas Regulatórias**, um passo fundamental para definir o cenário legal e as diretrizes que guiam todas as ações subsequentes. A partir das bases regulatórias estabelecidas, direciona-se a atenção para os ● **Direitos Humanos**, assegurando que cada ação seja conduzida com respeito à dignidade e ao bem-estar das pessoas envolvidas. Em seguida, o foco é para a ● **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**, reconhecendo que o suporte técnico é crucial para a implementação eficaz das práticas sustentáveis delineadas nas normas e direitos humanos. Na sequência, explora-se o ● **Manejo Florestal Sustentável** - um pilar essencial para a utilização equilibrada dos recursos naturais, visando à conservação ambiental e à geração de impactos positivos. À medida que se avança, aborda-se o processo de ● **Beneficiamento**, garantindo que as práticas de colheita, seleção e processamento se alinhem com os princípios de sustentabilidade estabelecidos anteriormente. Posteriormente, enfoca-se a fase de ● **Comercialização**, onde são exploradas estratégias para a viabilidade econômica e geração de renda, sem comprometer os valores de sustentabilidade e justiça social. Para criar um ambiente propício à governança de territórios e empreendimentos, dá-se ênfase à ● **Organização Social**, reconhecendo a importância de estruturas como associações e cooperativas para a colaboração efetiva entre os diversos atores envolvidos. Com essa base estabelecida, avança-se para o domínio da ● **Pesquisa e Inovação**, visando soluções criativas, avanços tecnológicos e valorização de tecnologias sociais já existentes que fortaleçam ainda mais a sustentabilidade em toda a cadeia. Por fim, conclui-se o percurso com a ● **Articulação Intersetorial**, reconhecendo que a colaboração mútua entre todos os setores é essencial para consolidar os esforços e alcançar resultados duradouros.

Essa sequência lógica foi concebida para construir uma narrativa coesa, onde cada etapa se baseia nas fundações da anterior, culminando em uma abordagem integrada e abrangente para impulsionar a sustentabilidade da cadeia de valor do açaí.

A concretização das recomendações delineadas neste estudo para o avanço da sustentabilidade na cadeia de valor do açaí está profundamente ligada à colaboração estratégica entre diferentes atores e setores. Reconhecer a interdependência e a complementaridade desses esforços é crucial para alcançar resultados eficazes. A convergência de ações entre a iniciativa privada, entidades governamentais, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e centros de pesquisa desempenha um papel vital na implementação bem-sucedida das medidas propostas.

A abordagem integradora proposta transcende as fronteiras setoriais e enfatiza a interligação de múltiplas dimensões. É fundamental compreender que as soluções não podem ser isoladas, mas devem ser consideradas em um contexto sistêmico. A sinergia entre a regulamentação ambiental, a promoção da isonomia e da equidade social, o estímulo a oportunidades econômicas sustentáveis, a equidade de gênero e juventude e a valorização dos recursos culturais e naturais são componentes interdependentes de um esforço conjunto.

A integração entre setores não apenas maximiza a eficácia das recomendações, mas também amplia o alcance do impacto positivo. Ao adotar uma abordagem abrangente, é possível abordar desafios complexos de maneira holística, considerando as ramificações de cada ação em todo o sistema. Portanto, este documento enfatiza a importância de uma colaboração harmoniosa entre os diversos atores envolvidos, assegurando que as ações conduzam a uma transformação positiva e duradoura na sustentabilidade da cadeia de valor do açaí e nas comunidades ligadas a ela. A seguir, cada um dos temas é apresentado, com um descritivo inicial, seguido dos respectivos quadros com os conteúdos definidos.

**Normas
regulatórias**

**DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAÍ**

Normas regulatórias



Este tema está centrado nos principais desafios relacionados ao atendimento da legislação vigente no âmbito nacional e internacional, além de propor ajustes em normas já existentes e estratégias para a criação de novos dispositivos.

No subtema ● **Regularização fundiária**, explora-se a temática sobre segurança da terra, que está presente no debate sobre desenvolvimento de todas as cadeias da sociobiodiversidade, por ser um problema que antecede a qualquer intervenção voltada para o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e a conservação de recursos naturais.

No subtema ● **Regularização ambiental** consideram-se os principais entraves para o licenciamento das áreas produtoras e regularidade de seus responsáveis, entendendo que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta essencial para controle do desmatamento e gestão do território, e que pode se tornar um risco para os produtores e agroextrativistas que não a possuem. Considera-se também a problemática de sobreposições de CARs entre propriedades e territórios comunitários e suas consequências no acesso a políticas públicas como o crédito rural.

No subtema ● **Recuperação de áreas degradadas**, propõem-se algumas das principais medidas necessárias para mitigar o problema do desmatamento que ocorre principalmente em matas ciliares, devido às práticas inadequadas de limpeza no açaizal, garantido a conservação da biodiversidade e adequação das práticas às políticas de enfrentamento dos impactos das mudanças do clima.

No subtema ● **Regulamentação de derivados de açaí** salienta-se a importância da regularização de produtos derivados do açaí que já estão disponíveis no mercado.

No subtema ● **Regularização tributária**, sugere-se uma articulação intersetorial para o tratamento das distorções tributárias que sobrecarregam os tributos incidentes sobre os produtos beneficiados a partir dos frutos do açaí. É necessário igualar a polpa de açaí ao tratamento tributário dispensado à castanha do Brasil, o que significa reduzir a zero a alíquota do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a polpa de açaí, além de instituir crédito presumido de 35% sobre o valor da alíquota do PIS/Pasep e da Cofins (9,25%), aplicado ao valor de aquisição do açaí in natura. Além disso, é importante reduzir a zero o ICMS incidente sobre a polpa de açaí nas operações internas e interestaduais, concedendo crédito presumido equivalente à alíquota interestadual nos casos em que o estado adquirente não conceda o referido benefício. Finalmente, é necessário discutir políticas de incentivo de acesso à matriz energética que diminuam os custos de operação do beneficiamento do açaí nas cidades, hoje uma das principais barreiras que impedem a redução de custos do litro de açaí para as populações mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

No subtema ● **Incentivos ao PSA** da Exploração dos Frutos e do Palmito, destaca-se a importância do atendimento à legislação relacionada ao manejo de açaizais e extração de palmito, licenciamento da atividade, tratamento de resíduos sólidos e líquidos, regularidade no monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos (transporte e rastreabilidade dos frutos), georreferenciamento das áreas de produção, com ênfase na elaboração do plano de manejo florestal.

No subtema ● **NCM específica para o açaí**, é abordada uma demanda do setor empresarial, e que tem elevado impacto na cadeia. O problema com a NCM está no fato de que as indústrias se especializaram em determinados subprodutos em seus nichos de mercado, e é recomendado o uso de códigos específicos para cada tipo, facilitando a rastreabilidade da produção beneficiada no Brasil.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí

DESAFIOS

Aumento da especulação e grilagem de terra e insegurança fundiária; aumento do êxodo rural e insegurança fundiária pela não garantia do direito à terra e ao território.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Avançar na resolução das demandas, priorizando as áreas ocupadas por populações tradicionais e agricultura familiar.

RESULTADO SISTÊMICO

Mecanismos criados para dar celeridade ao processo de regularização fundiária, garantindo a manutenção da produção extrativista do açaí e de outras espécies nativas, aumentando a autonomia de territórios tradicionais e da agricultura familiar.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Contribuir** para que os processos jurídicos de regularização fundiária sejam de conhecimento dos membros do empreendimento comunitário.
- 2 **Organizar** as demandas das comunidades e solicitar: atualização das Relação de Beneficiários - RBs, situação regular dos agroextrativistas, ao identificar situação irregular, atender as orientações do órgão competente; cobrar celeridade na resolução dos problemas identificados, protocolando ofícios nas instituições até que a regularidade seja alcançada.
- 3 **Buscar** apoio junto aos parceiros que atuam na temática da regularização fundiária, como a Comissão Pastoral da Terra.

SETOR PRIVADO

- 4 **Monitorar** a origem da matéria prima, identificando áreas com riscos de conflito ocasionados por problemas fundiários, informando aos órgãos competentes.
- 5 **Monitorar** a regularidade fundiária de seus fornecedores, auxiliando na busca por soluções para os casos em que a situação for irregular.

GOVERNO

- 6 **Mecanismos** criados para dar celeridade ao processo de regularização fundiária, garantindo a manutenção da produção extrativista do açaí e atuar na construção de uma nova proposta para regularização fundiária da Amazônia Legal, envolvendo governos estaduais e governo federal, condicionada ao cumprimento do Código Florestal, ao mesmo tempo que mantém uma atuação mais direta nas comunidades, com maior atenção às ilhas fluviais.
- 7 **Acelerar** a análise das áreas com sobreposição em territórios tradicionais na Amazônia, especialmente Unidades de Conservação e Terras Indígenas.
- 8 **Priorizar** e acelerar a regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária.
- 9 **Realizar** a atualização (principalmente a Relação de Beneficiários) e definir uma estratégia de entrega de documentos que comprovem a regularização fundiária.
- 10 **Aperfeiçoar** as plataformas digitais de obtenção gratuita de cópias dos documentos em favor das novas famílias em RB.
- 11 **Criar** mecanismos para que a regularização fundiária seja feita nos territórios por meio da ação conjunta dos diferentes órgãos governamentais responsáveis pela gestão dos territórios, de outras espécies nativas, aumentando a autonomia de territórios tradicionais e da agricultura familiar.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 12 **Realizar** estudos sobre o perfil socioeconômico das famílias agroextrativistas nas áreas destinadas à regularização fundiária, a fim de subsidiar políticas públicas para aprimorar o sistema jurídico e operacional nesta temática.
- 13 **Atuar**, em ação conjunta, com setores responsáveis na elaboração dos laudos antropológicos para Terras Indígenas e territórios tradicionais.

OSCS

- 14 **Apoiar** os empreendimentos comunitários no levantamento da situação fundiária dos seus territórios e na articulação entre organizações comunitárias e órgãos de assistência técnica estaduais para criar estratégias de avanços quanto à questão fundiária.
- 15 **Apoiar** a organização das demandas das comunidades nas solicitações de atualização das RBs.



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental**
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açai
- NCM específica para o açai

DESAFIOS

Aumento de conflitos devido a irregularidades na realização do CAR; aumento de áreas produtivas com irregularidades junto ao órgão ambiental.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Avançar na inscrição e análises do CAR (individual ou coletivo) pelos empreendimentos comunitários (ou individuais) para acesso a crédito rural e políticas públicas; realizar o cancelamento de CARs sobrepostos em áreas regularizadas de Povos e Comunidades Tradicionais da Floresta.

RESULTADO SISTÊMICO

Situação do CAR monitorado e avaliado com celeridade, com uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) eficiente para que os produtores possam se regularizar; estratégias implementadas para acelerar a análise do CAR e atividades criminosas relacionadas, punidas conforme a lei.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Levantar** a situação do CAR individual ou coletivo e apoiar na organização documental exigida para a regularização.
- Buscar** parcerias que possam ajudar no avanço da regularização.

SETOR PRIVADO

- Monitorar** o CAR da sua cadeia de fornecimento.
- Quando possível, **oferecer** subsídios para a elaboração do CAR para os empreendimentos comunitários e familiares da sua cadeia de fornecimento.

GOVERNO

- Mecanismos** criados Avançar quanto à análise e validação dos registros do CAR, para que os agroextrativistas possam estar regularizados e aptos para acessar políticas públicas.
- Realizar** o cancelamento de CARs irregulares, observando o disposto no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, sobre a demarcação de florestas públicas.
- Prover** condições para que os empreendimentos comunitários tradicionais e agroextrativistas façam o CAR no módulo Povos e Comunidades Tradicionais da Floresta (PCT) e assentamentos.
- Incluir** as comunidades na construção das políticas de Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), garantindo a salvaguarda e a repartição de benefícios.

UNIVERSID. E PESQUISA

- Estudar** os impactos da grilagem de terras utilizando o CAR.
- Apoiar** os estudos de tipologias florestais ao elaborar CARs Coletivos PCTs.
- Realizar** o estudo "RAIO X DO CAR" nos municípios para descrever os tipos de sobreposição dos CARs.

OSCS

- Acompanhar** o monitoramento do CAR em seus territórios de atuação.
- Realizar** ATER para apoiar a regularização no CAR de empreendimentos comunitários tradicionais e agroextrativistas, além de articular com órgãos regulatórios locais.
- Apoiar** as comunidades na elaboração do CAR.
- Realizar** o estudo "RAIO X DO CAR" nos municípios para descrever os tipos de sobreposição dos CARs.



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas**
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí

DESAFIOS

Aumento de áreas produtivas com irregularidades junto ao órgão ambiental.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Regularizar o passivo ambiental e recuperar áreas degradadas.

RESULTADO SISTÊMICO

As áreas com passivo ambiental são identificadas, restauradas e monitoradas, e as estratégias para garantir a regularização dos agroextrativistas são implementadas.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 Quando for possível a **visualização ou identificação** de danos ambientais graves nas áreas das comunidades em que estão atuando, ou quando os moradores reclamarem sobre esses danos em reuniões e assembleias, a liderança local poderá levar para as instituições locais esses relatos, para que as providências sejam tomadas;
- 2 **Articular** com órgãos e entidades locais, para que possam apoiar neste processo de restauração de áreas identificadas.
- 3 **Auxiliar** os moradores no monitoramento das áreas, acompanhando todo o processo.

SETOR PRIVADO

- 4 **Apoiar** os agroextrativistas com programas de treinamento para identificação de riscos e danos ambientais em suas áreas e, quando possível, colaborar na restauração das áreas degradadas identificadas.

GOVERNO

- 5 **Manter** o CAR atualizado de acordo com a RB.
- 6 **Monitorar** as áreas com possíveis riscos de degradação, atuando na prevenção.
- 7 **Fiscalizar** e monitorar as áreas em recuperação.
- 8 **Priorizar** planos de recuperação de áreas degradadas de origem de comunidades tradicionais.
- 9 **Promover** esclarecimentos sobre a regularização ambiental junto aos agroextrativistas.
- 10 **Criar** programas de incentivo para a restauração florestal a partir de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

UNIVERSID. E PESQUISA

- 11 **Propor** métodos para o monitoramento e a recuperação de florestas de várzea, Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APPs) em áreas de extrativismo de açaí.

OSCS

- 12 **Captar** recursos para apoio à restauração florestal.
- 13 **Elaborar** e implementar projetos para recuperação de áreas degradadas, tendo como foco sistemas produtivos sustentáveis (restauração florestal com espécies nativas, ou SAFs).

REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária**
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí

DESAFIOS

Distorções tributárias sobrecarregam os tributos sobre os produtos beneficiados a partir dos frutos do açaí.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Articulação intersetorial para propor ajustes na legislação tributária que incide sobre a polpa de açaí, igualando ao caso da castanha do Brasil, no que diz respeito ao PIS/Pasep e à Cofins e proposição de convênio Confaz para a redução a zero da alíquota de ICMS operações internas e interestaduais com polpa de açaí.

RESULTADO SISTÊMICO

Ao reduzir a carga tributária ao longo de toda a cadeia produtiva da polpa de açaí, estes alimentos ganham maior competitividade frente aos alimentos ultraprocessados, favorecendo o seu consumo e aumentando a atratividade comercial destes alimentos.

Ações

SETOR PRIVADO

- 1 **Colaborar** com as instituições e redes que fazem incidência política sobre o tema junto ao executivo e legislativo para a aprovação de mudanças legais requeridas.

GOVERNO

- 2 **Aprovar** um projeto de Lei ou de Medida Provisória modificando o art. 28 da Lei no 10.865/2004, incluindo a polpa de açaí na redução a zero da alíquota, para o PIS/Pasep e a COFINS da polpa de açaí.
- 3 **Instituição de crédito** presumido de 35% sobre o valor da alíquota do PIS/Pasep e da COFINS (9,25%), aplicado ao valor de aquisição do açaí in natura (o que já se consegue com a mudança acima descrita).
- 4 **Aprovar**, junto ao CONFAZ, um convênio ICMS que autorize os estados e o Distrito Federal a reduzir a zero a alíquota de ICMS incidente sobre a polpa de açaí, bem como autorize a concessão de crédito presumido equivalente à alíquota interestadual quando o estado onde se situa o adquirente não aderir ao convênio.
- 5 **Política de isenção fiscal** para produtos agroextrativistas de povos e comunidades tradicionais.

OSCS

- 6 **Elaborar** estudos e notas técnicas contendo análise situacional sobre a temática e recomendações que podem ser aplicadas nas leis relacionadas; realizar ações de incidência política junto aos governos estaduais e federal para aprovação de um dispositivo legal adequado, acompanhando o processo até a publicação em diário oficial.



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA**
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí

DESAFIOS

Ações de incidência política para que a Lei nº 14.119/2021 seja regulamentada; potencializar as oportunidades relacionadas ao mercado de carbono e PSA.

ESTRATÉGIA
SUSTENT.

Perda de oportunidades em investimentos para a cadeia.

RESULTADO
SISTÊMICO

Garantir a segurança jurídica para projetos, planos ou programas, públicos ou privados, que visem à conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, do solo, da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado em todo o território nacional; os agentes da cadeia do açaí têm conhecimento sobre o assunto e conseguem acessar políticas públicas e outras formas de benefícios econômicos por conservarem os recursos naturais.

Ações

EMPREEND.
COMUNIT.

- 1 Buscar** informações sobre as possibilidades de acesso aos incentivos econômicos para sua organização.
- 2 Exigir** que a Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169/OIT) seja devidamente aplicada em seus territórios em projetos relacionados a PSA e mercado de carbono.

SETOR
PRIVADO

- 3 Financiar** projetos de PSA, atendendo a legislação vigente.
- 4 Monitorar** as emissões de carbono e serviços ecossistêmicos da sua cadeia de fornecimento e planejar ações para neutralizar as emissões.

GOVERNO

- 5 Regulamentação** via Decreto a Lei nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.
- 6 Regular** artigo 41 do Código Florestal (programas estaduais).
- 7 Regular** e implementar o mercado de carbono brasileiro, destacando as potencialidades das cadeias da sociobiodiversidade, incluindo o açaí;
- 8 Aprimorar** políticas públicas em vigência inserindo a valoração do serviço de conservação das florestas pelas comunidades agroextrativistas ribeirinhas e tradicionais.
- 9 Criar** mecanismos para que os recursos provenientes de projetos de PSA possam ser geridos pelas próprias associações comunitárias (associado ao produto).

UNIVERSID.
E PESQUISA

- 10 Realizar** estudos sobre valoração de serviços ecossistêmicos relacionados à cadeia do açaí.
- 11 Promover** debates sobre incentivos econômicos, oportunizando a participação de empreendimentos comunitários.

OCS

- 12 Organizar e/ou fazer** a gestão de projetos de PSA.
- 13 Atuar** como indutor de mercados voluntários.
- 14 Apoiar** empreendimentos comunitários tradicionais, agroextrativistas e artesanais na incorporação de práticas que promovam serviços ecossistêmicos.
- 15 Promover** intercâmbio e seminários entre as OCSs e outras instituições que atuam na temática sobre as informações relacionadas a instrumentos financeiros disponíveis, especialmente ligados ao mercado de carbono.



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí**
- NCM específica para o açaí

DESAFIOS

Impedimento à venda e consumo (comercialização, distribuição, fabricação e uso) por falta de regulamentação do produto; possíveis danos ao consumidor e aumento de comerciantes em situação de irregularidade.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Articulação intersetorial para elaborar uma normativa para regularização do produto do açaí.

RESULTADO SISTÊMICO

Comercialização de subprodutos com a regulamentação adequada e consumidores com a garantia de aquisição de produto seguro.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Disponibilizar** as informações necessárias, quando for o caso, para apoiar as pesquisas e regulamentação dos produtos.

SETOR PRIVADO

- 2 **Buscar** apoio junto às OSCs, universidades e centros de pesquisa atuantes na cadeia do açaí para propor ações que impulsionem a regulamentação dos produtos.

GOVERNO

- 3 **Estabelecer** o regulamento técnico definindo o padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação, a marcação ou rotulagem e a porcentagem mínima de açaí na composição para utilizar o "claim" (publicidade) de produto açaí.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 4 **Realizar** estudos de avaliação toxicológica e de segurança alimentar para o consumo.

OSCS

- 5 **Articulação** junto ao governo para criação de Grupo de Trabalho envolvendo os agroextrativistas e comerciantes; instituições de governo responsáveis pela regulamentação e universidades e centros de pesquisas, para elaboração de minuta da Portaria regulamentar e acompanhamento até a publicação.



Normas regulatórias

- Regularização fundiária
- Regularização ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Regularização tributária
- Incentivos ao PSA
- Regulamentação de derivados de açaí
- NCM específica para o açaí**

DESAFIOS

Articulação do setor empresarial para que, juntamente com o governo, possam fazer os ajustes necessários para a adoção do NCM do açaí.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

O açaí possui NCM próprio desde 2016 (NCM 20079921) - referente exclusivamente ao "purê de açaí", mas que não é adotado de forma generalizada pelos exportadores, dificultando as estatísticas de mercado externo.

RESULTADO SISTÊMICO

Informações efetivas relacionadas à rastreabilidade dos produtos à base de açaí exportados do Brasil.

Ações

SETOR PRIVADO

- 1 **Treinar** os seus colaboradores para adotar o NCM específico do açaí no momento da emissão da nota fiscal.

GOVERNO

- 2 **Criação** de NCMs para pó, polpa e mix do açaí.
- 3 **Estímulo** à adoção de NCM específicas relativas aos produtos da sociobiodiversidade, para aprimorar as estatísticas de mercado externo.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 4 **Monitorar** os bancos de dados do governo para verificação e análise das estatísticas de exportação na cadeia do açaí e funcionalidade das plataformas de dados oficiais abertos.

OSCS

- 5 **Articular** atores envolvidos para a adoção de NCMs específicas do açaí.
- 5 **Identificar** pontos de melhoria e dificuldades existentes nas metodologias de levantamento de dados para a cadeia de valor do açaí referentes ao mercado externo.

**Direitos
Humanos**

**DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAÍ**



Direitos Humanos

As atividades que envolvem a produção e comercialização de frutos de açaí ocorrem principalmente em regiões socioambientalmente vulneráveis na Amazônia, como é o caso da região do Marajó no estado do Pará. Portanto, ao tratar de sustentabilidade na economia do açaí, é necessário esclarecer e garantir que as salvaguardas relacionadas às formas de trabalho desempenhadas ao longo da cadeia sejam respeitadas. O tema Direitos Humanos tem como objetivos apresentar essas salvaguardas e sugerir ações prioritárias aos agentes envolvidos que podem ser implementadas em suas organizações de maneira individual ou em processos de colaboração multissetorial.

No subtema ● **Associação e negociação**, propõem-se recomendações para estimular e fortalecer a organização comunitária em forma de organizações sociais, associações de produtores, cooperativas ou outras formas de organização coletiva.

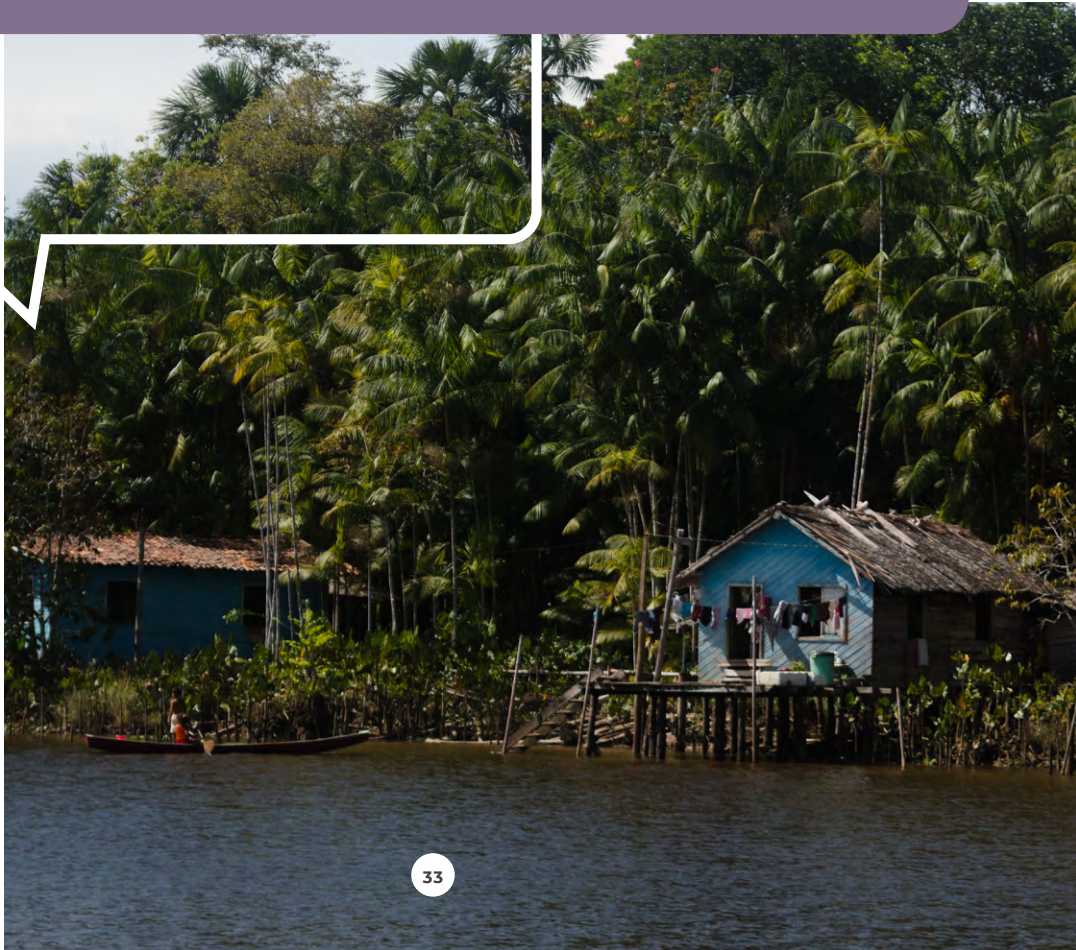
Nos subtemas ● **Trabalho digno e seguro** e ● **Combate ao trabalho infantil**, a partir da avaliação dos riscos e experiências em curso em outras cadeias como o cacau e a carnaúba, sugerem-se ações para a prevenção do trabalho forçado, análogo ao escravo, para que seja garantido um ambiente de trabalho seguro.

No subtema ● **Engajamento de jovens na cadeia** indica-se ações voltadas para a promoção de melhorias na formação educacional amazônica, que contemple desde a educação básica até a profissionalizante e universitária, fomentando emprego e renda aos jovens em conexão com a sociobiodiversidade amazônica.

A valorização das trabalhadoras rurais, por sua vez é essencial e apresentada no subtema ● **Protagonismo feminino**. Considerando a importância da mulher no planejamento familiar, cuidados com os

recursos naturais de uso comum e mobilização interna comunitária, muitas vezes invisibilizada. Portanto, propõe-se algumas formas organizativas adequadas às distintas realidades das condições socioeconômicas, com a inserção de forma equânime nas atividades produtivas na cadeia do açaí, inclusive em posições de tomada de decisão nas organizações, com remuneração digna.

No subtema ● **Racismo ambiental** aborda-se um debate que precisa ser fortalecido, considerando que os efeitos das mudanças climáticas já são uma realidade e os primeiros atingidos são as comunidades tradicionais e agroextrativistas, que acompanham as mudanças na safra do açaí, inundações, secas e tempestades de vento, produzidas por elevação do nível do mar e alterações no regime de precipitação. A partir desse cenário, sugerem-se ações que fortaleçam a resiliência das comunidades tradicionais e agroextrativistas diante dos impactos gerados pelas alterações hidroclimáticas.





Direitos Humanos

Associação e negociação

- Trabalho digno e seguro
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

DESAFIOS

Liberdade de associação e negociação ameaçada e perda de direitos.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Estimular e fortalecer a organização comunitária em forma de organizações sociais, sindicatos, associações de produtores, cooperativas ou outras formas de organização coletiva.

RESULTADO SISTÊMICO

Movimento dos trabalhadores do campo fortalecido a partir de suas organizações de base.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Registrar** denúncias de abusos e qualquer forma de tentativa ou efetivação de assédio por parte de qualquer pessoa, em nome de empresas ou não.
- Garantir** o bom funcionamento da cooperativa mantendo todas as formalidades em dia, incluindo atas, estatutos, relações trabalhistas e obrigações tributárias.

SETOR PRIVADO

- Respeito** ao legítimo direito de associação e negociação dos trabalhadores em sua cadeia de fornecimento.
- Capacitar** funcionários que tratam com empreendimentos comunitários tradicionais e agroextrativistas para evitar qualquer forma de abuso, criando canais de denúncia.
- Fortalecimento** de empreendedorismo, com o apoio na articulação e abertura de novas cooperativas na cadeia do açaí, auxiliando na formalização dos grupos de produtores com interesse, respeitando a consulta livre, prévia e informada.

GOVERNO

- Implementar** políticas públicas para fortalecimento de cooperativas e associações já existentes, bem como a execução de programas de incentivo à criação de novas entidades, formalizando grupos que tiverem interesse; potenciais parcerias com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), OSCs, entre outras.

UNIVERSID. E PESQUISA

- Promover** debate qualificado, recomendando ações para que os atores envolvidos avancem na temática do associativismo e cooperativismo na Amazônia.

OSCS

- [Certificadoras] Realizar** auditorias rigorosas, divulgando canais de denúncias para reclamações e sobre possíveis irregularidades.
- Implementar** programas de conscientização sobre a formação do pensamento cooperativista na Amazônia (potenciais parcerias com SEBRAE, OCB, UNISOL, órgãos governamentais, entre outras).



Direitos Humanos

- Associação e negociação
- **Trabalho digno e seguro**
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

DESAFIOS

Ocorrência de situações de trabalho forçado ou com sobrecarga e jornada excessiva; informal; remuneração insuficiente para um padrão de vida adequado; sem formação técnica e profissional adaptada; ausência de grau adequado de segurança e estabilidade no emprego.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Implementar medidas para a prevenção do trabalho forçado, análogo ao escravo, e garantir um ambiente de trabalho seguro.

RESULTADO SISTÊMICO

Mecanismos criados para a articulação entre as partes interessadas da cadeia, firmando acordo setorial com metas para extinguir situações degradantes de trabalho na cadeia.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Manter** contratos, no caso de parcerias/meeiros, e remunerar os trabalhadores de acordo com a legislação vigente.
- 2 **Subsidiar** a compra de EPIs para seus cooperados, quando possível.
- 3 **Monitorar**, registrar e tomar medidas necessárias para os casos de acidentes e doenças.
- 4 **Realizar** treinamentos periódicos sobre saúde e segurança no trabalho.
- 5 **Identificar** as atividades de maior risco para os trabalhadores e incluir treinamentos para funções específicas e perigosas.
- 6 **Adotar** medidas para mitigar acidentes e a insalubridade de ambientes fechados.
- 7 **Disponibilizar** água potável aos trabalhadores, armazenar água em local limpo, livre de contaminação, de fácil acesso e garantindo o consumo individualizado, inclusive nas frentes de trabalho.

SETOR PRIVADO

- 8 **Monitorar** cadeia de fornecimento com foco nas relações de trabalho estabelecidas por seus fornecedores.
- 9 **Firmar** acordos coletivos justos e formais.
- 10 **Não exceder** as jornadas de trabalho estabelecidas pela legislação, e os limites máximos de horas extras por funcionário.
- 11 O **intervalo** de descanso intrajornada deve estar de acordo com CLT e NR-31.
- 12 **Considerar** as especificidades previstas para a agricultura familiar.

GOVERNO

- 13 **Garantir** a fiscalização nas áreas de produção de açaí e a relação das empresas que atuam na cadeia do açaí.
- 14 **Definir** estratégias para a redução da precariedade nas relações de trabalho na produção de açaí, a partir da difusão de informações sobre direitos trabalhistas e boas práticas de contratação, relações de trabalho e de saúde e segurança nos municípios produtores.
- 15 **Regulamentar** as condições mínimas de segurança e trabalho no extrativismo do açaí.
- 16 **Informar**, sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os grupos interessados, inclusive as famílias, poder público, empresas e instituições de apoio sobre riscos de acidentes na atividade dos peconheiros e sobre a importância de adoção de medidas de proteção.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 17 **Realizar** ações de conscientização sobre o tema, tanto nas comunidades agroextrativistas como em eventos voltados para as empresas do setor.
- 17 **Desenvolver** estudos que possibilitem o monitoramento sobre os acidentes e doenças que possam vir a ocorrer na cadeia do açaí.

OSCS

- 19 **Apoiar** as universidades em ações de conscientização intersetorial.
- 20 **Promover**, juntamente com as universidades e governo, espaços dialógicos voltados para o debate e busca de soluções.
- 21 **Criar** o observatório das condições de trabalho na cadeia do açaí.
- 22 **Ampliar** o conhecimento sobre os direitos dos trabalhadores.



Direitos Humanos

- Associação e negociação
- Trabalho digno e seguro
- **Engajamento de jovens na cadeia**
- Protagonismo feminino
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

DESAFIOS

Êxodo rural, baixa escolaridade e redução de mão-de-obra local.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Promover melhorias na educação amazônica, da educação básica à técnica profissionalizante e universitária, e fomentar oportunidades de emprego e renda para a população jovem, em conexão com a sociobiodiversidade amazônica.

RESULTADO SISTÊMICO

Jovens, com formação educacional qualificada, atuantes na cadeia de valor do açaí, com renda digna.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Fomentar** junto aos seus membros a inserção e manutenção dos jovens na escola, realizando parcerias e comunicação contínua com as organizações de ensino.
- 2 **Criar** estratégias para inserir os jovens nos trabalhos do empreendimento ou junto às indústrias com quem estabelecem contratos.
- 3 **Estimular** o engajamento de jovens na busca de soluções para os desafios enfrentados nos territórios produtores de açaí.

SETOR PRIVADO

- 4 **Abrir** postos de trabalho para jovens de comunidades agroextrativistas e tradicionais parceiras, promovendo sua inclusão e geração de renda.
- 5 **Investir** em programas de investimento social privado que contribuam com a manutenção e fortalecimento das EFAS e Casas Familiares Rurais.

GOVERNO

- 6 **Promover** melhorias na educação amazônica, como a formação de professores e a ênfase na implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que aprofunde o conhecimento sobre a Amazônia.
- 7 **Investir** na infraestrutura de conectividade em regiões remotas.
- 8 **Criar** programas regionalizados de educação técnica e profissionalizante, disponibilizando bolsas de estudos.
- 9 **Oportunizar**, na cadeia de valor do açaí, formas de renda aos jovens por vias legais, como jovens aprendizes.
- 10 **Investir** na manutenção e fortalecimento das EFAS e Casas Familiares Rurais.
- 11 **Implementar** programas estruturantes para informar e disseminar formação, aliado com tecnologia para os jovens.
- 12 **Promover** programas de especialização reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), voltados para jovens de comunidades agroextrativistas e tradicionais, na área de segurança alimentar, qualidade de alimentos, saúde e segurança no trabalho.
- 13 **Promover**, por meio de políticas públicas, a oferta de vagas para comunidades tradicionais, assim como para egressos do ensino público nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio.

UNIVERSID. E PESQUISA

OSCS

- 14 **Captar** recursos e realizar projetos voltados para a valorização do jovem do campo, com bolsas, treinamentos e outros apoios na inserção das atividades de trabalho nas cooperativas e empresas.



Direitos Humanos

- Associação e negociação
- Trabalho digno e seguro
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino**
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

DESAFIOS

Discriminação de gênero.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Elaborar estratégias que tenham como objetivo o apoio à organização de mulheres em associações, a formação de mulheres para o exercício de liderança, gestão, tomada de decisão e a geração de autonomia financeira para mulheres.

RESULTADO SISTÊMICO

As mulheres inseridas de forma equânime nas atividades produtivas na cadeia do açaí, inclusive em posições de tomada de decisão nas organizações, com remuneração digna.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Promover** a participação e o empoderamento das mulheres na organização das principais etapas da cadeia, garantindo posições de tomada de decisão nos empreendimentos, com protagonismo e maior apropriação de renda.
- Identificar** e desenvolver outras atividades econômicas, complementares ao açaí, garantindo que a mulher tenha uma segunda renda na entressafra.
- Incentivar** a criação de grupos ou associação de mulheres, fortalecendo a organização e autonomia.

SETOR PRIVADO

- Avaliar** a porcentagem de lideranças mulheres na cadeia de fornecimento e promover estratégias de inserção e valorização.
- Garantir** a inclusão de mulheres nos programas de treinamento.
- Aprimorar** e expandir a contratação de mão-de-obra feminina no seu quadro de colaboradoras por meio de ações afirmativas, garantindo igualdade de gênero e salarial.
- Abordar** restrições baseadas em gênero na cadeia de valor do açaí e em suas estratégias de negócios.

GOVERNO

- Promover** programas que ampliem e garantam o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização nos mercados nacionais (local e regional) e internacionais.
- Apoiar** a construção de mecanismos e sistemas participativos de identificação, garantindo aos consumidores a equidade de gênero.

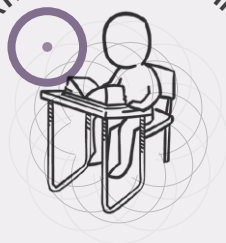
UNIVERSID. E PESQUISA

- Realizar** pesquisas de mercado e estratégias de comercialização de produtos da sociobiodiversidade, voltadas para mulheres.
- Realizar** pesquisas voltadas para diagnosticar a situação (relacional e socioeconômica) das mulheres no âmbito da cadeia do açaí e da sociobiodiversidade.
- Ter** programas de extensão específicos para meninas e mulheres das comunidades focados nos seus desafios/problemas de trabalho na cadeia.

OSCS

- Apoiar** a formação e consolidação de redes de organização produtiva compatíveis com a promoção da equidade de gênero.
- Promover** espaços dialógicos e construtivos junto às comunidades rurais para a inserção da agenda de equidade de gênero e da promoção de projetos e de negócios responsivos ao gênero.

COMBATE AO TRABALHO INFANTIL



Direitos Humanos

- Associação e negociação
- Trabalho digno e seguro
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino
- **Combate ao trabalho infantil**
- Racismo ambiental

DESAFIOS

Ocorrência das piores formas de trabalho infantil na cadeia do açaí.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Eliminar o trabalho infantil e condições de trabalho análogo à escravidão e promover as condições de trabalho digno e decente.

RESULTADO SISTÊMICO

O trabalho infantil é eliminado da cadeia produtiva e mecanismos de monitoramento e fiscalização pelo governo e de toda a sociedade funcionam de maneira efetiva.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Criar** estratégias para garantir que não ocorra trabalho infantil nas áreas produtivas.
- 2 **Promover** ações de conscientização sobre o tema, junto às famílias.
- 3 **Promover** ações para garantir a permanência de crianças e jovens na escola, especialmente em períodos de safra, mantendo as famílias com cadastro ativo no Programa Bolsa Família.

SETOR PRIVADO

- 4 **Comprometimento** com a eliminação do trabalho infantil junto a sua cadeia de fornecimento, firmando acordos coletivos, envolvendo o governo e sociedade civil organizada.
- 5 **Monitorar** a cadeia de fornecimento, garantindo que a matéria prima não será adquirida daqueles que mantêm crianças em atividades perigosas.
- 6 **Monitorar** a evasão escolar durante a safra do açaí nos principais municípios compradores e promover a conscientização sobre a importância de proteger as crianças e mantê-las na escola, interagindo com as Secretarias de Educação.
- 7 **Disponibilizar** bolsas de estudo para crianças e adolescentes permanecerem estudando, evitando o trabalho infantil na cadeia do açaí.

GOVERNO

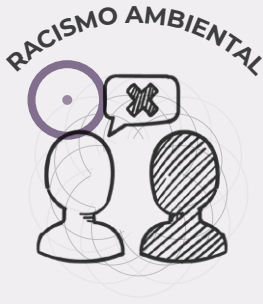
- 8 **Garantir** a efetivação da fiscalização e aplicação da lei, com especial atenção aos principais municípios produtores de açaí, visando a implementação de ações para o fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- 9 **Debater** sobre a avaliação das condições de trabalho de crianças no extrativismo do açaí e a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) e analisar a necessidade de propor alterações no decreto para considerar as especificidades do setor.
- 10 **Promover** ações de conscientização sobre trabalho infantil e exploração/abuso sexual, envolvendo setor privado, comunidades e escolas públicas.
- 11 **Promover** a inclusão dessa temática em ações escolares, visando o fortalecimento de escolas orientadas pela pedagogia da alternância.
- 12 **Fortalecer** a infraestrutura escolar nos principais municípios produtores de açaí.
- 13 **Monitorar** a frequência escolar; garantir canais seguros de denúncia para que professores e escolas registrem possíveis irregularidades no Programa Bolsa Família.
- 14 **Fortalecer** o Programa Bolsa Família nos territórios produtores de açaí.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 15 **Realizar** pesquisas para monitoramento do trabalho infantil, contribuindo com estatísticas sobre o tema, por meio de projetos extensionistas; apoiar tanto a elaboração e implementação de planos político pedagógicos de escolas públicas ou comunitárias, contemplando ações específicas nos períodos de safra, quanto a formação de professores para os referidos temas.

OSCS

- 16 **Construir** uma agenda estratégica, envolvendo múltiplos atores (autoridades públicas, comunidades produtoras, empresas privadas), para a eliminação das piores formas de trabalho infantil na cadeia do açaí e demais cadeias da sociobiodiversidade da Amazônia.
- 17 **Promover** ações de conscientização junto aos agentes da cadeia, por meio de redes de apoio, eventos, protocolos de boas práticas e outras produções relevantes.
- 18 **Promover** o uso do Sistema Ipê, canal mantido pelo Sistema de Inspeção do Trabalho, como meio de denúncias de trabalho escravo.
- 19 **Informar**, sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os grupos interessados, inclusive as famílias, poder público, empresas e instituições de apoio sobre o quão prejudicial é, para o desenvolvimento das crianças, o trabalho precoce.



Direitos Humanos

- Associação e negociação
- Trabalho digno e seguro
- Engajamento de jovens na cadeia
- Protagonismo feminino
- Combate ao trabalho infantil
- Racismo ambiental

DESAFIOS

Ocorrência de racismo ambiental, injustiça climática e insegurança diante das mudanças ocasionadas pelas mudanças climáticas e seus efeitos na sociobioeconomia.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Realizar ações para combater as emergências climáticas, com foco no combate às práticas que afetam ou prejudicam as comunidades agroextrativistas e tradicionais.

RESULTADO SISTÊMICO

Os povos e comunidades tradicionais e agroextrativistas são respeitados e recebem apoio para mitigação e adaptação dos efeitos das mudanças climáticas.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

1 **Participar** de coletivos de discussão sobre as emergências climáticas para conhecer seus direitos e cobrar a implementação de políticas públicas de investimentos para mitigar os efeitos climáticos; sensibilizar os agroextrativistas sobre a temática.

2 **Registrar** os dados referentes à cada safra, visando mapear as principais mudanças ocasionadas ao longo do tempo, e prever ações de mitigação e adaptação.

SETOR PRIVADO

3 **Promover** ações de apoio para seus fornecedores e conscientização sobre os efeitos das mudanças climáticas.

4 **Apoiar** ações que promovam inovações e novos arranjos institucionais, fornecendo, quando possível, socorro e recuperação nas crises.

GOVERNO

5 **Elaborar e/ou fortalecer** políticas públicas que garantam investimentos para mitigar as ações climáticas, priorizando a segurança e preparação dos agroextrativistas, como alterações na sazonalidade do açaí, queda na produção, entre outros.

UNIVERSID. E PESQUISA

6 **Desenvolver** tecnologias para mensurar a variação da produtividade do açaí, considerando possíveis cenários climáticos, especialmente diante das especificidades dos territórios amazônicos.

OSCS

7 **Promover** o diálogo entre universidade, governo, comunidades tradicionais e setor privado, buscando soluções viáveis para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com foco nas organizações tradicionais, agroextrativistas e artesanais.

8 **Monitoramento** e divulgação de informações sobre o clima e principais riscos e ferramentas para registro da safra e entressafra do açaí.

9 **Propor** meios de subsistência e fornecimento de serviços para as populações vulneráveis.

ATER

**DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAÍ**



No tema **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** aborda-se a necessidade em manter os serviços de assistência técnica e extensão rural, fundamental no processo de aprimoramento da produção em todas as etapas, principalmente na produção de frutos e beneficiamento de polpas. Além disso, a formação continuada dos técnicos que prestam essa assistência e o apoio à gestão para organizações comunitárias se destacam.

No subtema ● **Assistência técnica qualificada**, a expectativa é que as políticas públicas de ATER sejam fortalecidas a partir de um planejamento institucional, principalmente por parte do governo, mas também das demais organizações não-governamentais ou privadas que prestam este tipo de serviço.

No subtema ● **ATER para produção**, as recomendações são direcionadas para que os agroextrativistas e organizações que atuam nas etapas de produção de frutos consigam executar as tarefas operacionais com segurança e qualidade, além de conseguir atender a requisitos legais e exigências do mercado.

No subtema ● **Beneficiamento de polpa**, a formação profissional em gestão da qualidade e segurança de alimentos é apresentada como o caminho para a melhoria da qualidade do produto final (polpa).

No subtema ● **Finanças comunitárias**, a assistência técnica é voltada para a implementação de processos e ferramentas financeiras, melhorando a gestão financeira global das organizações.



Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- Assistência técnica qualificada
- Finanças comunitárias
- Beneficiamento de polpa
- ATER para produção

DESAFIOS

Pouca assistência técnica para as atividades iniciais da produção, como as boas práticas de manejo, segurança no trabalho, além de demandas documentais.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Assegurar ATER para as diversas atividades da etapa de produção.

RESULTADO SISTÊMICO

Fortalecimento das políticas públicas de ATER, com planejamento institucionalizado a partir das principais demandas levantadas pelo setor.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 Demandar** ATER de qualidade em órgãos públicos, por meio de ofícios.
- 2 Elaborar** projetos, em parceria com OSCs ou empresas, que tenham ATER como uma das atividades.
- Quando possível, **contratar** equipe de ATER própria para seus associados e cooperados.
- 4 Promover** treinamentos, incentivando o uso de EPIs e demais processos técnicos recomendados.

SETOR PRIVADO

- 5 Assegurar** ATER de qualidade (com foco em boas práticas e sustentabilidade) e em quantidade suficiente para seus fornecedores.
- 6 Treinamento** em Saúde e Segurança no Trabalho para fornecedores.

GOVERNO

- 7 Assegurar** recursos (financeiros, humanos e estruturais) para que os programas de ATER (nas esferas nacional, estadual e municipal) tenham condições de atuação, em especial as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs).
- 8 Atualizar** e aperfeiçoar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).
- 9 Promover** treinamentos, para os técnicos de ATER pública, com foco na atualização tecnológica, boas práticas, sustentabilidade e rastreabilidade para a cadeia.
- 10 Realizar** parcerias com universidades, OSCs, empresas, em busca de suprir o desafio de recursos humanos.
- 11 Ação coordenada** multiinstitucional, envolvendo órgãos como: EMBRAPA, EMATER, Instituto Federal do Pará (IFPA), SEBRAE, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca/PA (SEDAP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia/PA (SEDEME).

UNIVERSID. E PESQUISA

- 12 Apoiar** com o desenvolvimento de pesquisas que possam fomentar a atuação de ATER no campo, buscando a minimização dos riscos e desafios da cadeia.
- 13 Desenvolver** projetos de extensão, que possam apoiar o serviço de ATER, onde houver pouca disponibilidade e demanda de ATER, bem como para o treinamento e atualização tecnológica dos técnicos existentes.

OSCS

- 14 Elaborar** e implementar projetos que promovam ATER na cadeia de forma sistêmica, visando as demandas do empreendimento, a intersetorialidade e as potencialidades territoriais.
- 15 Apoiar** o diálogo entre empreendimentos comunitários e ATER pública.



Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- Assistência técnica qualificada
- **Finanças comunitárias**
- Beneficiamento de polpa
- ATER para produção

DESAFIOS

Empreendimentos comunitários com dificuldade de se sustentar e gerir suas finanças; dificuldade quanto à negociação com compradores e de prestação de contas para financiadores.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Assegurar conhecimento e assistência técnica para a implementação de processos e ferramentas financeiras em organizações comunitárias.

RESULTADO SISTÊMICO

Organizações comunitárias realizando planejamento da produção, controle financeiro com uso de ferramentas adequadas, acesso a mercados diversificados e financiamentos.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 Demandar** parcerias (SEBRAE, OCB, entre outras) para a realização de formações e ATER sobre gestão financeira de organizações comunitárias.
- 2 Implementar** processos e ferramentas que garantam qualidade à gestão administrativa-financeira e, se necessário, firmar apoio junto a OSCs e universidades para tal.

SETOR PRIVADO

- 3 Apresentar** ferramentas financeiras que possam apoiar seus fornecedores em uma melhor gestão.
- 4 Apoiar**, por meio de assistência técnica, o fomento da gestão financeira de seus fornecedores.

GOVERNO

- 5 Garantir** ATER de qualidade e em quantidade suficiente que trate da temática de gestão administrativa e financeira para empreendimentos comunitários.
- 6 Promover** um programa com foco em formação sobre gestão financeira para empreendimentos comunitários, buscando parceiras como SEBRAE, OCB, entre outras; apoio para o acesso aos programas públicos de crédito no Banco da Amazônia (BASA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), PRONAF, entre outros bancos públicos e privados e cooperativas de crédito.
- 7 Assistência técnica para apoiar** o acesso a compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

UNIVERSID. E PESQUISA

- 8 Desenvolver** ferramentas financeiras que sejam acessíveis para empreendimentos comunitários, que possam ser utilizadas por entidades de ATER.

OSCS

- 9 Desenvolver** ferramentas e procedimentos financeiros acessíveis para empreendimentos comunitários, contemplando: otimização dos processos e registros de entradas e saídas da produção, registros administrativos financeiros, fluxo de caixa, impostos e taxas, despesas fixas, despesas variáveis e planejamento financeiro.
- 10 Promover** programas de formação e assistência técnica para: entendimento sobre gestão financeira e implementação de processos e ferramentas, junto a empreendimentos comunitários, abordando os principais temas: cálculo do preço, negociação e abertura de mercados, escrita de projetos e propostas, mapeamento de instituições de financiamento, levantamento de documentação para acessar financiamentos, capital de giro, buscando fontes de recursos para a construção do capital de giro próprio (fundo rotativo solidário), bem como para implantação de controles financeiros, visando sua manutenção.
- 11 Assistência** técnica nas áreas: marketing, criação de marca, plano de comunicação, cadastros e burocracias de órgãos públicos de controle e vigilância, rodadas de negócios com beneficiadoras, indústrias e mercados consumidores diversificados.



Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- Assistência técnica qualificada
- Finanças comunitárias
- Beneficiamento de polpa
- ATER para produção

DESAFIOS

Insegurança jurídica, insegurança do trabalho e danos ambientais.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Efetivar a capacitação e treinamentos necessários para as atividades produtivas e assessorar tecnicamente para os assuntos burocráticos.

RESULTADO SISTÊMICO

Os produtores e organizações que atuam nas etapas de produção de açaí conseguem executar as tarefas operacionais com segurança e qualidade, além de conseguir atender a requisitos legais.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Capacitar** e treinar os agroextrativistas em: saúde e segurança no trabalho, boas práticas de manejo, manejo/produção de outros produtos da sociobiodiversidade.
- 2 **Ações** de digitalização dos registros da produção e financeiros.

SETOR PRIVADO

- 3 **Assessorar** tecnicamente os agroextrativistas que fazem parte da sua cadeia de fornecimento em: saúde e segurança no trabalho, boas práticas de manejo, segurança de alimentos.
- 4 **Definição** de padrões de qualidade do açaí a serem acompanhados nas etapas de pré-beneficiamento; avaliação dos produtos em relação aos padrões definidos.

GOVERNO

- 5 **Assessorar** tecnicamente e de forma continuada em boas práticas nos açaiçais das equipes que prestam extensão rural.
- 6 **Desenvolver** economias alternativas como hortas, quintais produtivos, sistemas agroflorestais e outras cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com atenção especial a jovens e mulheres.
- 7 **Prover** financiamento, crédito rural e parcerias com outros empreendimentos.
- 8 **Promover** uso de tecnologias de fácil acesso aos agroextrativistas e cooperativas para georreferenciamento das áreas de manejo.
- 9 **Orientar** e acompanhar tecnicamente os produtores no processo de regularização e registro da posse de terras.
- 10 **Treinar** técnicos para apoiar o processo de obtenção do CAR.
- 11 **Assistência técnica** aos agroextrativistas para obtenção do CAR.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 12 **Implantar** unidades demonstrativas de consórcios produtivos dentro das áreas de açaiçais.
- 13 **Realizar** estudos de mercado para mapeamento de demanda de outros produtos da sociobiodiversidade para além do açaí.

OSCS

- 14 **Realizar** estudos de mercado para mapeamento de demanda de outros produtos da sociobiodiversidade para além do açaí.
- 15 **Realizar** assessoria técnica para o uso de tecnologias de fácil acesso aos extrativistas e cooperativas para georreferenciamento das áreas de manejo.
- 16 **Apoiar** a busca de fontes de financiamento para pagamento de taxas documentais e trâmites legais e, se preciso, contratação de profissional que assessor e facilite esses processos.
- 17 **Assessoria** para realização e execução de plano de manejo das áreas produtivas de extrativistas associado a empreendimentos comunitários, bem como capacitação para replicação de planos futuros.



**Manejo Florestal
Sustentável**

**DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAI**

Manejo Florestal Sustentável



Manejo Florestal Sustentável do açaí está relacionado com a conservação da biodiversidade e, se bem conduzido, garante a segurança alimentar e a geração de renda para as famílias amazônicas. Existem alguns riscos atrelados à produção, como o risco da perda de biodiversidade pelo aumento da intensidade da coleta, justificado pelo aumento da demanda de mercado.

No subtema ● **Boas práticas de manejo** abordam-se ações para que a aplicação das técnicas adequadas no manejo dos açaízais garanta a conservação da biodiversidade e evite danos ambientais, como a açaiização.

No subtema ● **Preservação de matas ciliares** apresentam-se ações para evitar o assoreamento dos rios e a perda da biodiversidade em áreas de mata ciliar e seu entorno, considerando que estas áreas são utilizadas para coleta de frutos nas áreas de várzea.

No subtema ● **Resíduos contaminantes** as ações prioritárias buscam aumentar a qualidade ambiental nas áreas de produção de açaí, a partir da conscientização do produtor para evitar a ocorrência de resíduos domésticos na floresta, livrando os frutos de contaminação por metais pesados e outros prejuízos.



Manejo Florestal Sustentável

- Boas práticas de manejo
- Resíduos contaminantes**
- Preservação de matas ciliares

DESAFIOS

Contaminação das áreas de manejo.

ESTRATÉGIA
SUSTENT.

Manter as áreas de manejo livres de resíduos sólidos.

RESULTADO
SISTÊMICO

As áreas de produção de açaí estão livres de resíduos sólidos contaminantes.

Ações

EMPREEND.
COMUNIT.

- 1 Realizar** atividades junto aos produtores enfatizando a importância da correta destinação dos resíduos sólidos.
- 2 Estabelecer** procedimentos internos para a retirada dos resíduos das áreas de manejo e correta destinação.
- 2 Protocolar**, em caso de locais com coleta defasada junto às prefeituras ofícios solicitando melhorias na coleta.

SETOR
PRIVADO

- 6 Apoiar** ações com foco na importância da correta destinação dos resíduos sólidos.
- 8 Apoiar** na implementação de pontos de coleta de resíduos nas comunidades.

GOVERNO

- 9 Assegurar** que comunidades tenham coleta de resíduos adequada e periódica.
- 9 Implementar** pontos de coleta de resíduos em comunidades mais distantes com menor fluxo de coleta.

UNIVERSID.
E PESQUISA

- 11 Realizar** pesquisas para monitoramento da presença de metais pesados nas bacias hidrográficas e sua influência na qualidade do fruto e da polpa.

OSCS

- 15 Apoiar** na elaboração e implementação de procedimentos para resíduos contaminantes junto a empreendimentos comunitários.
- 16 Realizar** atividades de formação que tragam a importância da correta destinação de resíduos sólidos.



Manejo Florestal Sustentável

- Boas práticas de manejo
- Resíduos contaminantes
- Preservação de matas ciliares

DESAFIOS

Erosão e assoreamento de rios; perda de biodiversidade de flora e fauna.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Assegurar o cumprimento da legislação relacionada, com ações de monitoramento e prevenção.

RESULTADO SISTÊMICO

As matas ciliares são protegidas, conservando a qualidade ambiental em áreas de produção de açaí e seu entorno.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Apoiar** a realização do CAR de seus produtores.
- Buscar** parcerias que possam contribuir com informações sobre preservação de matas ciliares e implementação de SAFs.
- Buscar** parcerias para apoio na implementação de SAFs em áreas de matas ciliares degradadas.
- Monitorar** os impactos nas matas ciliares, junto aos produtores.

SETOR PRIVADO

- Apoiar** seus fornecedores no cumprimento da legislação florestal e na conservação das matas ciliares.
- Implementar** ações para recuperação de matas ciliares de seus fornecedores.

GOVERNO

- Assegurar** a fiscalização da legislação florestal.
- Dar** celeridade às análises dos cadastros de CAR.
- Atuar** para melhorar as condições de ATER pública, promovendo o acompanhamento contínuo de produtores e empreendimentos comunitários; apoiar na regularização do CAR.

UNIVERSID. E PESQUISA

- Fomentar** pesquisas que possam levantar os impactos localmente, decorrentes de matas ciliares degradadas.
- Apoiar**, por meio de bolsistas, a implementação de ações e projetos para recuperação de matas ciliares degradadas.
- Desenvolver** sistemas de monitoramento da biodiversidade em matas ciliares e SAFs.

OSCS


- Implementar** projetos e ações com recuperação de matas ciliares por meio de SAFs junto a empreendimentos comunitários.
- Fomentar** formações sobre a importância da preservação de matas ciliares junto a empreendimentos comunitários.
- Apoiar** no monitoramento de impactos decorrentes de matas ciliares degradadas junto a empreendimentos comunitários.

Beneficiamento

DIÁLOGOS PRÓ-AÇAÍ



Beneficiamento

 **No tema Beneficiamento abordam-se os principais aspectos do processamento dos frutos de açaí, passando por demandas como rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva até a preocupação com os resíduos sólidos (caroços).**

No subtema ● **Rastreabilidade do açaí** propõem-se ações que melhorem os procedimentos e ferramentas para garantir a origem dos frutos da floresta até o processamento final.

No subtema ● **Sazonalidade** apresentam-se ações para amenizar o problema da escassez de frutos na entressafra, com estratégias focadas em equilibrar as demandas de mercado, as necessidades sociais e as características ambientais.

No subtema ● **Transporte**, as recomendações são voltadas para compatibilizar o tempo que leva a partir da coleta até a entrega do fruto ao destino final de beneficiamento, com o enfrentamento da complexa logística de transporte amazônica.

No subtema ● **Valorização das bateadeiras** sugerem-se ações para valorizar a importância cultural, nutricional e econômica das bateadeiras de açaí, trazendo maior reconhecimento para o setor, além de incentivar o atendimento à qualidade, higiene e aspectos legais do licenciamento nesses empreendimentos.

No subtema ● **Resíduos sólidos (caroço)**, as ações apontadas são focadas na resolução de problemas causados pelo alto volume de resíduos nas bateadeiras e agroindústrias (caroço), pensando no descarte correto, propondo outras formas de uso e aprimorando a rastreabilidade dos resíduos para melhorar as informações sobre a destinação final e assim conseguir monitorar e direcionar as responsabilidades.



Beneficiamento

- Rastreabilidade do açaí
- Sazonalidade
- Transporte
- Valorização das bateadeiras
- Resíduos sólidos (caroço)

DESAFIOS

Falta de sistemas de controle e rastreabilidade.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Aprimorar os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva.

RESULTADO SISTÊMICO

Os produtos dos frutos de açaí possuem rastreabilidade que garante a origem e se os atributos da qualidade foram atendidos ao longo da cadeia, além de permitir melhoria contínua do processo produtivo.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Buscar** apoio para implementar e documentar um sistema de rastreabilidade.
- Manter** atualizados os registros da produção e comercialização.
- Contribuir** com os sistemas de rastreabilidade sugeridos por parceiros; estudar possibilidades de obtenção de sistemas de certificação que contribuam com a rastreabilidade do fruto.

SETOR PRIVADO

- Apoiar** na implementação de sistemas de rastreabilidade, como Protocolos de Garantia de Origem e Boas Práticas (Due Diligence), junto a cadeia de fornecimento; incentivar processos de certificação orgânica, cadeia de custódia ou similares que ajudem a implementar e manter sistemas de rastreabilidade.

GOVERNO

- Fiscalizar** o setor sobre a rastreabilidade dos produtos (aplicação da INC 02/2018).
- Relacionar** crédito ao produtor e a empresas com compromissos com a promoção do trabalho decente.

UNIVERSID. E PESQUISA

- Realizar** pesquisas sobre novos sistemas para aprimorar o rastreamento de produtos, desde a origem até o mercado consumidor.

OSCS

- Subsidiar** redes multisectoriais, como o Diálogos Pró-Açaí, na sistematização e monitoramento das iniciativas inovadoras que já estão em andamento, proporcionando troca de conhecimento entre os atores.
- Desenvolver** metodologias junto às cooperativas para manter sistemas de rastreabilidade acessíveis.
- Promover** sistemas de certificação que contribuam com a rastreabilidade do açaí e que sejam adaptadas às características agroextrativistas.

SAZONALIDADE



Beneficiamento



DESAFIOS

Imprevisibilidade da safra.

ESTRATÉGIA
SUSTENT.

Promover estratégias para conciliar os aspectos da sazonalidade com as demandas do mercado.

RESULTADO
SISTÊMICO

Estratégias de complementação de frutos na entressafra implementadas suprimindo as necessidades do setor, com pesquisas de monitoramento da produção ao longo dos anos efetivos.

Ações

EMPREEND.
COMUNIT.

- 1 **Levantar** dados de produção que possam contribuir para a construção de um plano anual (safra e entressafra).
- 2 **Apropriar-se** de processos e ferramentas que contribuam com a gestão dos dados de produção e, se necessário, buscar parcerias para tal.
- 3 **Fomentar** a diversificação de cadeias produtivas para garantia de renda na entressafra.

SETOR
PRIVADO

- 4 **Definir** estratégias de seleção de fornecedores que tenham safra e entressafra em épocas diferentes, mantendo as fábricas ativas o ano todo.
- 5 **Ampliar** capacidade de estoque; melhorar as condições de pagamento para que fornecedores estejam comprometidos.

GOVERNO

- 6 **Retomar** o debate sobre concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador agroextrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade (Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2018 que altera a Lei 10.779/2003).
- 7 **Garantir** recursos para incentivar os agricultores familiares em áreas de terra firme ao consórcio de açaí de variedades cultivadas e/ou técnicas de manejo adequadas visando aumentar a disponibilidade de frutos na entressafra.

UNIVERSID.
E PESQUISA

- 8 **Monitorar** a sazonalidade do açaí, considerando os efeitos das mudanças climáticas, propondo medidas mitigadoras em áreas de várzeas.
- 9 Em áreas de terra firme e que tenham viabilidade econômica e socioambiental para implementação, **ampliar** o uso de cultivares de açaizeiro adequada para este tipo de ecossistema, aliado às técnicas de manejo de solo e irrigação, diminuindo a escassez de frutos na entressafra.

OSCS

- 10 **Atuar** na articulação intersetorial para discutir os efeitos das mudanças climáticas para o setor.

TRANSPORTE



Beneficiamento

- Rastreabilidade do açaí
- Sazonalidade
- Transporte**
- Valorização das bateadeiras
- Resíduos sólidos (caroço)

DESAFIOS

Perecibilidade dos frutos devido às dificuldades de logística em longos percursos e barcos não refrigerados.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Diminuir o tempo de transporte e aumentar a qualidade do produto final.

RESULTADO SISTÊMICO

A qualidade dos frutos é garantida e os custos de produção são reduzidos a partir das melhores estratégias de logística de transporte.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Investir** em meios de transporte coletivo próprios.
- Ampliar** as boas práticas de coleta, armazenamento e transporte junto aos agroextrativistas, para que o fruto entregue seja fresco, com alta qualidade e livre de contaminações.

SETOR PRIVADO

- Garantir**, quando for o caso, a infraestrutura necessária para o embarque e desembarque de carga de açaí nos portos utilizados.
- Apoiar** os fornecedores no transporte que seja mais eficaz e seguro.
- Quando for o caso, **buscar** investimentos para uso de embarcações com sistema de refrigeração para garantir a qualidade do produto.

GOVERNO

- Regulamentação** e fiscalização das infraestruturas dos portos utilizados para o escoamento dos frutos.
- Fiscalizar** os veículos e prover ações de conscientização para garantir segurança nas estradas e rios.
- Reforçar** as estradas e rios que são reconhecidamente rotas do açaí, evitando furtos de cargas.

UNIVERSID. E PESQUISA

- Aplicação** de modelos teóricos para o transporte para várzea e terra firme em projetos de extensão universitária.
- Mapear** as principais rotas de transporte do açaí, facilitando o planejamento da segurança pública e privada nas estradas e rios, ajudando a evitar furtos de cargas.
- Fomentar** o desenvolvimento de embarcações elétricas de pequeno porte que possam contribuir com o transporte dos produtos da sociobiodiversidade, como o açaí.

OSCS

- Realizar** estudos sobre logística na cadeia, junto a empreendimentos comunitários, setor privado e universidades e centros de pesquisa.
- Articular** em rede intersectorial iniciativas para debater as melhores práticas para que a logística de transporte para produtos da sociodiversidade amazônica atenda aos requisitos de refrigeração, acondicionamento, além do desenvolvimento técnico e científico nessa área de conhecimento.



Beneficiamento

- Rastreabilidade do açai
- Sazonalidade
- Transporte
- Valorização das bateadeiras**
- Resíduos sólidos (caroço)

DESAFIOS

Extinção de bateadeiras de açai; baixa competitividade das bateadeiras com relação às indústrias.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Planejar estratégias para atendimento da qualidade, higiene e valorização cultural da forma de produzir e consumir a polpa.

RESULTADO SISTÊMICO

Reconhecimento da forma tradicional em produzir o açai, exaltando a importância cultural, nutricional e econômica.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1** **Buscar** parcerias com as OSCs, universidade e centros de pesquisa para planejamento e implementação de medidas sanitárias nas bateadeiras de açai e regularização do empreendimento junto a vigilância sanitária;
- 2** **Promover** ações em rede para criar estratégias de valorização da cultura alimentar do açai amazônico e mostrar a importância econômica das bateadeiras.

GOVERNO

- 3** **Realizar**, além da fiscalização, ações formativas para questões higiênico-sanitárias, principalmente em relação ao risco de contaminação por doença de Chagas pelo consumo do açai sem o emprego do choque térmico em bateadeiras e no processamento doméstico.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 4** **Desenvolver** técnicas para melhoria da qualidade da água e do açai, que sejam acessíveis aos diversos setores; desenvolver técnicas para o emprego do choque térmico nas unidades familiares.

OSCS

- 5** **Promover** articulação intersetorial para divulgação de conhecimento e avanços sobre segurança dos alimentos na cadeia do açai.
- 6** **Apoiar** as bateadeiras com treinamentos voltados para questões higiênico-sanitárias (choque térmico para evitar contaminação por doença de Chagas).
- 7** **Estabelecer** estratégias para implementação de medidas sanitárias nas bateadeiras de açai e regularizar processo com vigilância sanitária, caso necessário.

RESÍDUOS SÓLIDOS (CAROÇO)



Beneficiamento



DESAFIOS

Passivo ambiental relacionado ao descarte inadequado de caroço advindo do processamento da polpa de açaí; falta de controle e rastreabilidade.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Realizar o descarte adequado do caroço de açaí, prevenindo danos ambientais; controlar as informações sobre o volume de resíduos produzido e destinação final.

RESULTADO SISTÊMICO

O ciclo de vida dos produtos na cadeia do açaí são rastreados e monitorados, há um planejamento setorial para o reaproveitamento, e iniciativas de economia circular são incentivadas pelo setor.

Ações

SETOR PRIVADO

- 4 **Indústrias:** buscar parcerias com os governos estaduais e municipais para planejar a destinação correta do caroço, pensando no reaproveitamento do produto; buscar parcerias com universidades e empresas para o desenvolvimento de produtos a partir do reaproveitamento dos caroços.
- 4 **Batedeiras:** buscar parcerias com as prefeituras para planejamento da destinação adequada dos caroços, de forma coletiva.
- 4 **Indústrias e Batedeiras:** implantar sistema de rastreabilidade que contemple a destinação final do caroço.

GOVERNO

- 5 **Fiscalizar** os empreendimentos e manter aterros sanitários e coleta de lixo adequados, garantindo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos seja cumprida.
- 6 **Realizar** ações de educação ambiental.
- 6 **Fiscalizar** e orientar os empreendimentos sobre a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia, inclusive o controle da destinação final.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 7 **Realizar** pesquisas sobre inovação de produtos a partir do reaproveitamento do caroço do açaí.
- 7 **Desenvolver** aplicativos para controle e mapeamento dos caroços, possibilitando o planejamento de políticas públicas e novos mercados a partir do uso do caroço.

OSCS

- 8 **Apoiar** as bateadeiras para formalizar um acordo coletivo com as prefeituras para que os resíduos do processamento sejam destinados conforme a legislação vigente.
- 8 **Realização de ações** de incidência política para que municípios possam se adequar e cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos nas principais regiões produtoras de açaí.
- 8 **Realizar** diagnósticos que subsidiem o planejamento do controle e rastreabilidade desse tipo de resíduo.

Comercialização

DIÁLOGOS PRÓ-AÇAÍ



Comercialização

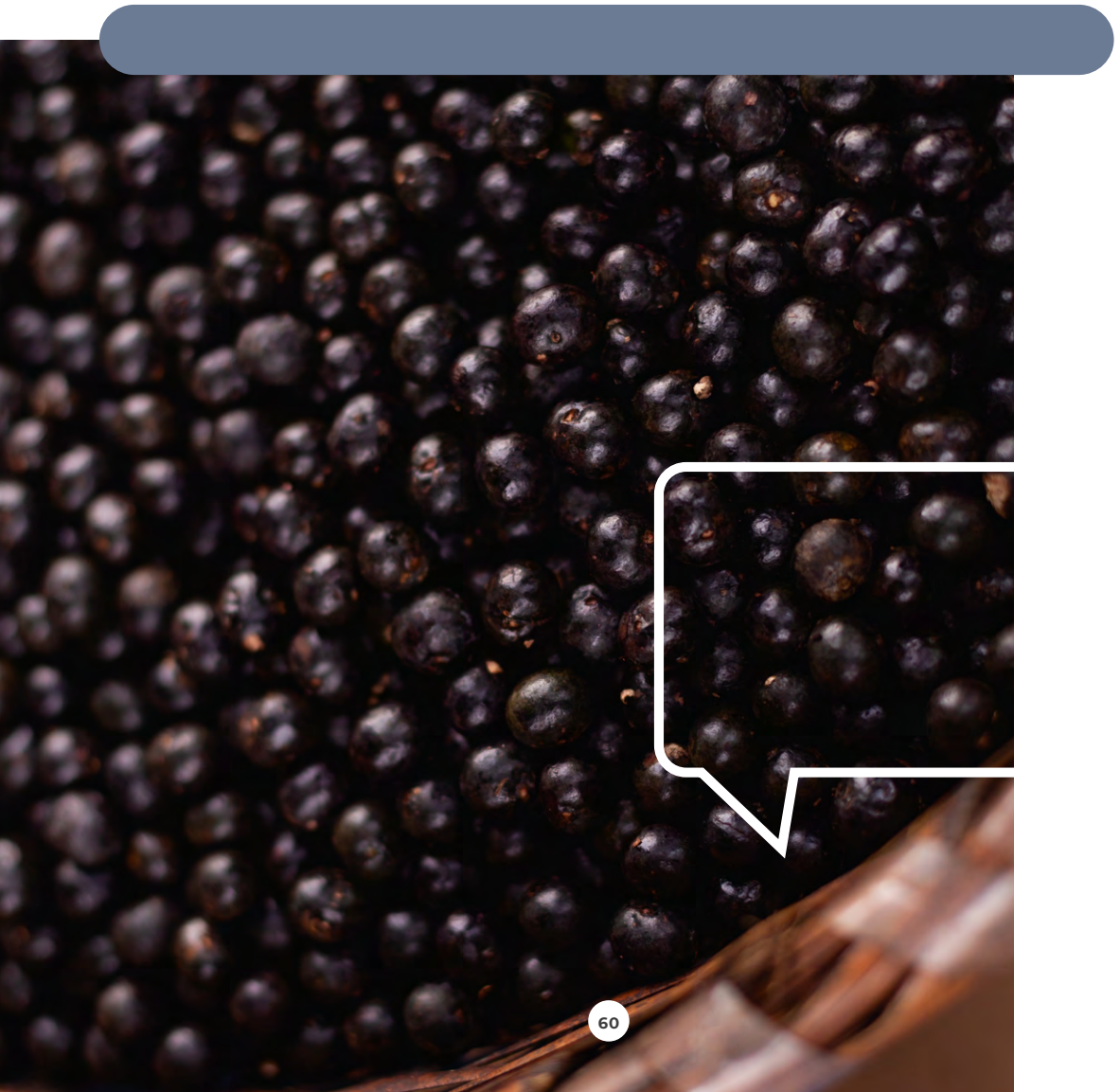
Este tema trata desde as etapas iniciais da produção até arranjos institucionais necessários para a manutenção e fortalecimento da cadeia de valor do açaí.

No subtema ● **Comércio justo** são traçadas ações para garantir que as relações estabelecidas ao longo da cadeia sejam éticas, buscando implementar mecanismos de comercialização transparentes, com base em uma distribuição justa de benefícios e na valorização cultural e histórica das comunidades tradicionais e de seus territórios. Importante também é que essas relações sejam minimamente formalizadas, considerando que um dos principais problemas identificados é a informalidade e a falta de documentação presentes nas relações comerciais ao longo de toda a cadeia.

No subtema ● **Acesso a mercados e autonomia**, apresentam-se ações em um cenário com diversas possibilidades para que os agroextrativistas possam acessar mercados para vender os seus produtos, principalmente os institucionais. Com mais opções, as organizações de base comunitária podem planejar uma expansão em seu negócio e aumentar o seu leque de parceiros comerciais.

No subtema ● **Acesso a fontes de financiamento**, aborda-se a questão do acesso ao crédito rural e políticas públicas, além de outros incentivos econômicos, pois, ao facilitar esse acesso, problemas como capital de giro e outros investimentos necessários para o funcionamento pleno das atividades em todas as etapas da cadeia, como o manejo das áreas de produção, aquisição de equipamento de proteção individual (EPI), mão-de-obra e transporte, são solucionados.

No subtema ● **Produtos da sociobiodiversidade**, propõem-se ações para elevar a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, com foco na cadeia do açaí. Alguns dos desafios são: questões ambientais (barreira para quem compra produtos de áreas com altos índices de desmatamento); trabalhistas (principalmente ocorrência de trabalho infantil); e sanitárias (qualidade do produto). Os padrões de sustentabilidade são importantes aliados porque incentivam a adoção de padrões e normas voluntárias de sustentabilidade factíveis com as especificidades dos territórios produtores, como importante mecanismo para atestar a sustentabilidade, diferenciação e rastreabilidade da cadeia, incluindo a valorização da produção e dos modos de vida nos territórios produtores, bem como da integridade ambiental.





Comercialização

- Acesso a mercados e autonomia
- Comércio justo
- Acesso a fontes de financiamento
- Produtos da sociobiodiversidade

DESAFIOS

Ampliar a capacidade das organizações de base comunitária em produzir, gerar renda e estabelecer processos de reservas econômicas com autonomia e liberdade de negociação e acesso a mercados institucionais.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Melhorar a autonomia para negociação garantindo melhores preços.

RESULTADO SISTÊMICO

Empreendimentos comunitários tradicionais, agroextrativistas e artesanais com autonomia, liberdade para comercializar seu produto com diferentes opções de venda.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Fortalecer** a gestão financeira e administrativa; buscar parceiros para elaborar planos de negócios ou estudos de viabilidade econômica.
- 2 **Criar** Fundos Comunitários e Fundos Obrigatórios.

SETOR PRIVADO

- 3 **Priorizar** compras de áreas de produção agroextrativistas.
- 4 **Formalizar** contratos adaptados à realidade dos agroextrativistas.
- 5 **Desenvolver** e implementar política de preço justo aos fornecedores, com foco nos serviços ambientais.

GOVERNO

- 6 **Fortalecer** o acesso a mercados institucionais e políticas públicas para incentivar quem conserva a floresta (PSA), com foco na PGPMBio+; ampliar o acesso a PGPMBio.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 7 **Apoiar** as organizações comunitárias na elaboração de planos de negócios e estudos de viabilidade econômica.

OSCS

- 8 **Apoiar** os agentes da cadeia com rodadas de negócios; apoiar a gestão financeira e administrativa de organizações comunitárias.
- 9 **Realizar**, junto a empreendimentos comunitários, levantamento de dados de custo de produção e identificação de gargalos e potencialidades, planejando coletivamente as estratégias de desenvolvimento da cadeia.

COMÉRCIO JUSTO



Comercialização

- Acesso a mercados e autonomia
- **Comércio justo**
- Acesso a fontes de financiamento
- Produtos da sociobiodiversidade

DESAFIOS

Conflitos entre atores e perda de credibilidade do setor.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Garantir ética e transparência para a manutenção de direitos e a boa reputação do setor.

RESULTADO SISTÊMICO

A comercialização ocorre com transparência e direitos garantidos em contrato.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Criar** mecanismos de controle interno administrativo/financeiro/comercial, considerando as especificidades de cada empreendimento comunitário, em parceria com organizações de apoio.
- 2 **Manter** mecanismos de controle financeiro e transparência nos acordos com parceiros.

SETOR PRIVADO

- 3 **Manter** estruturas de governança interna, com políticas e práticas éticas.
- 4 **Realizar** treinamento das equipes de campo sobre o código de ética, garantindo um relacionamento adequado com agroextrativistas e comunidades tradicionais, com base nas premissas do consentimento livre, prévio e informado (CLPI),
- 5 **Comprometer-se** com políticas e práticas com base no comércio ético, a fim de remunerar adequadamente os fornecedores e apoiar nos processos de gestão, quando for o caso.

GOVERNO

- 6 **Facilitar/mediar** os conflitos no campo.
- 7 **Garantir** que os direitos das comunidades tradicionais, agroextrativistas e da agricultura familiar sejam respeitados.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 8 **Assistir** os empreendimentos comunitários, agroextrativistas e artesanais no processo de sensibilização, mobilização e desenvolvimento de capacidades locais na realização das auditorias internas e da manutenção dos mecanismos de controle financeiro e transparência nos acordos com parceiros, bem como da avaliação dos resultados das mediações entre esses grupos e os outros setores (privado, público e terceiro setor) para verificar o que está ocorrendo nessas relações e seus impactos nas comunidades locais.

OSCS

- 9 **Elaboração e divulgação** de documentos norteadores relacionados à ética e transparência em negociações.
- 10 **Apoiar** empreendimentos comunitários na construção de acordos e protocolos comunitários, que tenham o comércio ético como um tema.
- 11 Em alguns casos, **atuar** como facilitador/mediador das relações comerciais justas entre empreendimentos comunitários e empresas.



Comercialização

- Acesso a mercados e autonomia
- Comércio justo
- **Acesso a fontes de financiamento**
- Produtos da sociobiodiversidade

DESAFIOS

A dificuldade de capital de giro e de acesso a investimentos fragilizam a gestão organizacional dos empreendimentos da cadeia, em especial os comunitários; grande dificuldade de acesso às linhas de crédito do PRONAF.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Facilitar o acesso dos agroextrativistas ao crédito rural, a demais políticas públicas e a incentivos econômicos, visando a melhoria de todos os elos da cadeia produtiva, sob bases sustentáveis.

RESULTADO SISTÊMICO

Aumento no acesso a fontes de financiamento por empreendimentos na cadeia do açaí.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Manter** a gestão financeira e administrativa em ordem, com documentos da entidade e dos agroextrativistas organizados e atualizados.
- 2 **Mapear** e acessar as fontes de financiamento disponíveis, em especial públicas.

SETOR PRIVADO

- 3 **Mapear** e acessar as fontes de financiamento disponíveis

GOVERNO

- 4 **Adequar** a validade e outros quesitos do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para a Amazônia.
- 5 **Fortalecer** e facilitar o acesso às linhas de crédito para empreendimentos comunitários tradicionais, agroextrativistas e artesanais.
- 6 **Criar** agenda positiva com instituições financeiras na Amazônia para acesso ao PRONAF.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 7 **Desenvolver** pesquisas e projetos de extensão voltados a identificar os principais entraves para acesso a crédito pelas comunidades produtoras de açaí, em parceria com organizações extensionistas e não-governamentais atuantes nos territórios.

OSCS

- 8 **Promover** a formação de técnicos ativadores de crédito nas comunidades e nos empreendimentos comunitários.
- 9 **Criar** agenda positiva com instituições financeiras na Amazônia para acesso ao PRONAF.
- 10 **Apoiar** empreendimentos comunitários na escrita de propostas e editais.



Comercialização

- Acesso a mercados e autonomia
- Comércio justo
- Acesso a fontes de financiamento
- **Produtos da sociobiodiversidade**

DESAFIOS

Barreiras para a exportação: exigências ambientais, trabalhistas e sanitárias mais rígidas.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Fortalecer os mecanismos de diferenciação e rastreabilidade para a cadeia do açaí.

RESULTADO SISTÊMICO

Os produtos são comercializados atendendo normas internacionais de qualidade e com as salvaguardas socioambientais.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Buscar** parcerias para adotar de forma adaptativa as certificações de cunho socioambiental.

SETOR PRIVADO

- 2 **Apoiar** empreendimentos comunitários de açaí na implementação de Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS).

GOVERNO

- 3 **Monitorar** as NVS para que cumpram a legislação pertinente.
- 4 **Ações** de conscientização no setor com foco nas normas internacionais, para facilitar o acesso a exportações.
- 5 **Fiscalização e padronização** de produtos, com sistema de indicação geográfica de origem mecanismos de diferenciação.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 6 **Realizar** estudos para a criação de um padrão de sustentabilidade acessível e reconhecido no setor do açaí.

OSCS

- 7 **Articular** acordos coletivos garantindo salvaguardas socioambientais para o setor do açaí.
- 8 **Apoiar** a implementação de boas práticas de manejo e padrões de sustentabilidade junto a empreendimentos comunitários.
- 9 **Apoiar** empreendimentos comunitários nas adequações exigidas para normas internacionais e padrões de sustentabilidade.

Organização Social

DIÁLOGOS PRÓ-AÇAI



Organização Social

O tema **Organização Social** aborda os aspectos da gestão organizacional dos empreendimentos comunitários, a formação de recursos humanos dentro da organização, comunicação, relacionamento voltado para a sustentabilidade, engajamento e parcerias.

No subtema ● **Gestão de negócios comunitários** abordam-se ações que podem trazer melhorias em termos de governança, gestão estratégica e financeira dos empreendimentos, e que refletem em uma produção planejada, na diversificação de produtos e na logística de transporte.

No subtema ● **Inclusão digital** as ações se relacionam à promoção da inclusão digital nos territórios produtores de açaí, sendo essencial para os processos de licenciamento ambiental, negociação com parceiros e comunicação interna entre as comunidades.

No subtema ● **Cultura alimentar** ressalta-se a importância de criar mecanismos de acesso ao mercado institucional, permitindo que os povos tradicionais forneçam polpa de açaí para as escolas públicas, ajudando a manter uma dieta alimentar saudável a partir de produtos da sociobiodiversidade.



**Pesquisa
e Inovação**

**DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAI**

Pesquisa e Inovação

Composto por propostas que abrangem os diferentes setores, com ações que visam a implementação de novos métodos, ferramentas ou produtos para sanar alguns dos principais gargalos da cadeia de valor do açaí.

No subtema ● **Equipamento de Proteção Individual (EPI)** propõem-se ações que podem ajudar na prevenção de acidentes de trabalho, com foco na melhoria das condições de trabalho dos peconheiros.

No subtema ● **Diversificação de produtos** foca-se no desenvolvimento de novos produtos com valor agregado, a partir de iniciativas de cooperação entre empresas, universidades e centros de pesquisa, visando aumentar a competitividade e novas oportunidades de negócios para os empreendedores nacionais.

No subtema ● **Economia circular e embalagens** trata-se sobre o desenvolvimento de embalagens que atendam aos padrões internacionais de qualidade e sejam ecoeficientes, resultando em menor desperdício e maior consciência dos operadores da cadeia.

No subtema ● **Prospecção de negócios** sugerem-se ações para o avanço na sistematização e gestão da informação na cadeia do açaí, com a proposição de aprimoramento no método de coleta de dados em campo, facilitação do acesso e compreensão das informações a partir de plataformas interativas.

No subtema ● **Sistematização e Gestão da Informação** sugerem-se ações para o avanço na sistematização e gestão da informação na cadeia do açaí, com a proposição de aprimoramento no método de coleta de dados em campo, facilitação do acesso e compreensão das informações a partir de plataformas interativas.



Pesquisa e Inovação

- Equip. de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos
- Economia circular e embalagens
- Prospecção de negócios
- Gestão da informação

DESAFIOS

Melhorar as condições de saúde e segurança no trabalho dos peconheiros.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Ocorrência de acidentes de trabalho e processos tecnológicos defasados.

RESULTADO SISTÊMICO

Os empreendimentos e trabalhadores da cadeia do açaí podem adquirir equipamento de proteção e coleta com facilidade.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 **Fornecer** EPIs e treinamentos para agroextrativistas associados/as ou cooperados/as.

SETOR PRIVADO

- 2 **Apoiar** financeiramente iniciativas para a criação e produção em larga escala de EPIs e equipamentos de coleta para a cadeia do açaí, fornecendo ou facilitando o acesso de a esses equipamentos em sua cadeia de fornecedores.

GOVERNO

- 3 **Ampliação** orçamentária para financiamento de mais pesquisas em universidades, institutos federais e demais centros de pesquisa com foco em novos produtos e equipamentos para a cadeia do açaí (EPIs e equipamentos de coleta).
- 4 **Criar** chamadas para Startups usando parcerias para o desenvolvimento de novas tecnologias, como equipamentos adequados para a coleta do açaí.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 5 **Desenvolver** pesquisas com foco em modelos de EPIs de acordo com as especificidades da cadeia do açaí.

OSCS

- 6 **Atuar**, junto com universidades e centros de pesquisas, no treinamento de agroextrativistas no uso e aprimoramento dos EPIs adaptados à produção de açaí.



Pesquisa e Inovação

- Equip. de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos**
- Economia circular e embalagens
- Prospecção de negócios
- Gestão da informação

DESAFIOS

Perda de competitividade e oportunidade de negócios.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Desenvolver novos produtos com valor agregado.

RESULTADO SISTÊMICO

Há uma variedade de produtos do açaí sendo comercializados no mercado local, nacional e internacional.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 A partir do acesso a fontes de financiamento, **implementar** agroindústria para verticalizar a produção, ou unidades de processamento de baixa complexidade para atendimento ao mercado institucional, se for uma demanda da organização e considerando a viabilidade econômica.

SETOR PRIVADO

- 2 **Mapear** oportunidades e buscar parcerias para a realização de estudos para diversificação de produtos.
- 2 **Divulgar** novos produtos em feiras e outros tipos de exposições.

GOVERNO

- 3 **Financiar** as estruturas necessárias nas universidades e institutos de pesquisas para a realização de pesquisas para novos produtos da cadeia do açaí.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 5 **Firmar** Acordos de Cooperação Técnica com empresas para garantir a realização de pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos.

OSCS

- 6 **Criação** de Laboratórios Criativos da Amazônia (LCAs), que são minifábricas móveis que se deslocam entre comunidades produtoras de açaí, servindo como base para treinamentos e experimentação na transformação do fruto em produtos de maior valor agregado.



Pesquisa e Inovação

- Equip. de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos
- Economia circular e embalagens**
- Prospecção de negócios
- Gestão da informação

DESAFIOS

Desperdício e falta de padronização de embalagens.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Desenvolver embalagens de acordo com padrões internacionais/ecoeficientes.

RESULTADO SISTÊMICO

Há uma cultura, entre os agentes da cadeia do açaí, de reaproveitamento e escolha por embalagens que causam menos danos ambientais.

Ações

SETOR PRIVADO

- 2 **Priorizar** a compra de embalagens ecoeficientes, com critérios de seleção de fornecedores.

GOVERNO

- 3 **Criar** mecanismos de incentivo ao uso de embalagens menos poluentes.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 5 **Atuar** no desenvolvimento de embalagens ecoeficientes e com matéria prima local, com qualidade e padronização que atenda o mercado e as normas de regulação dos órgãos competentes (ANVISA, MAPA, entre outros).

OSCS

- 6 **Desenvolver** campanhas educativas para promover o uso de embalagens ecoeficientes, com criação de ferramentas interativas, aproximando as empresas que as usam com as empresas que as produzem.



Pesquisa e Inovação

- Equip. de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos
- Economia circular e embalagens
- Prospecção de negócios**
- Gestão da informação

DESAFIOS

Competição com cadeias produtivas que fornecem a mesma matéria prima (frutas em geral e outros frutos vermelhos).

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Desenvolver um ecossistema de inovação, considerando a expertise dos diferentes agentes, atraindo novos negócios.

RESULTADO SISTÊMICO

Ampliação do acesso a novos mercados a partir de produtos competitivos diante de outras cadeias similares.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- 1 Estabelecer** responsabilidades internas para atuar na busca de novos negócios.

SETOR PRIVADO

- 2 Mapear** novas possibilidades de negócios.

GOVERNO

- 3 Disponibilizar** recursos para que as universidades e centros de pesquisa possam realizar as ações relacionadas.

UNIVERSID. E PESQUISA

- 5 Promover** “vitrines de invenções/inovações” envolvendo os setores de alimentos, fitofármacos, cosméticos, nutracêuticos, entre outras.

OSCS

- 6 Apoiar** empreendimentos comunitários na elaboração, adequação e implementação de Planos de Negócios, com foco em novas oportunidades que possam ser mapeadas.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO



Pesquisa e Inovação

- Equip. de Proteção Individual (EPI)
- Diversificação de produtos
- Economia circular e embalagens
- Prospecção de negócios
- Gestão da informação**

DESAFIOS

Invisibilidade da cadeia e dificuldades no planejamento de políticas públicas para o setor.

ESTRATÉGIA SUSTENT.

Avançar na sistematização e gestão da informação.

RESULTADO SISTÊMICO

Toda a informação sobre a cadeia do açaí é sistematizada em plataforma interativa, alimentada regularmente e disponível ao público, dando visibilidade, valorização e garantias de salvaguardas socioambientais atendidas, aumentando a confiança do mercado e do consumidor final.

Ações

EMPREEND. COMUNIT.

- Fornecer** dados de produção e comercialização, que não impliquem a segurança de suas informações comerciais, quando o governo e outros parceiros necessitarem.

SETOR PRIVADO

- Fornecer** dados sobre a cadeia de fornecimento e vendas, que não impliquem a segurança de suas informações comerciais (segredos do negócio).

GOVERNO

- Aprimorar** a coleta dos dados oficiais juntos aos informantes na base da cadeia, elaborando uma plataforma acessível para todos os setores da cadeia.
- Aprimorar** a coleta de dados oficiais, que atualmente unificam dados de açaí plantado e manejado.

UNIVERSID. E PESQUISA

- Desenvolver** ferramentas para coleta de dados que sejam acessíveis a empreendimentos comunitários.
- Criação e gestão** de um banco de dados nacional unificado com informações sobre a cadeia do açaí.

OSCS

- Apoiar** o monitoramento e coleta de dados de empreendimentos comunitários e do setor privado.
- Melhorar** a visibilidade a partir de estudos que revelam as estatísticas, apontando os desafios e oportunidades para o setor.

Articulação Intersetorial

DIÁLOGOS
PRÓ-AÇAI

Articulação Intersetorial

Trata da ampliação do fortalecimento das conexões entre as principais partes interessadas na cadeia de valor do açaí, a fim de agregar e distribuir valor ao longo da cadeia e promover uma aliança em prol da sociobiodiversidade no Brasil.

No subtema ● **Articulação intersetorial do açaí** apresentam-se ações para promover múltiplos espaços de interação entre as partes interessadas, fortalecendo o setor a partir de uma representação formal, responsável por abrigar as agendas do setor e tensionar para que as demandas sejam atendidas. Com isso, espera-se uma melhor articulação, coordenação e comunicação entre os elos da cadeia.

O subtema ● **Redes para comercialização** centra-se na formação, multiplicação e fortalecimento de redes de produtores e de centrais de compartilhamento, com o objetivo de potencializar a troca de informações e aprendizados entre as partes interessadas, dividir custos de armazenamento e transporte dos produtos, gerenciar estoques coletivamente, entre outras ações.

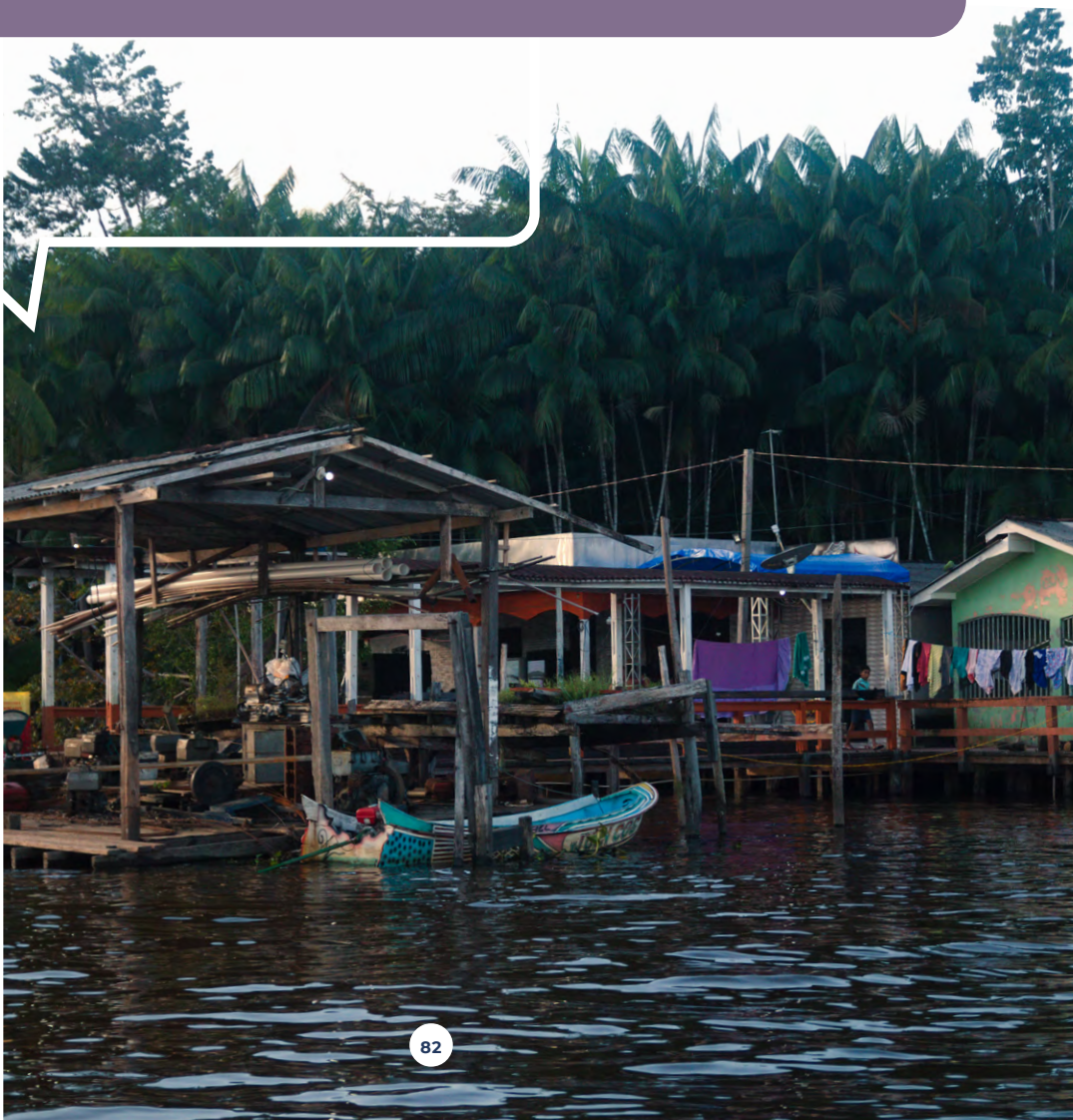
Considerações finais

○ Caderno de Recomendações para a Cadeia de Valor do Açaí é uma sistematização dos principais temas e recomendações dos atores relacionados a este setor, com base nos preceitos da sustentabilidade ambiental, econômica e social. Portanto, é uma ferramenta em potencial a ser usada pelos diferentes atores da cadeia para alavancar ações, programas, projetos e políticas públicas para o fortalecimento dos empreendimentos da sociobiodiversidade, da sociobioeconomia, e de todos os demais elos da cadeia.

Ressalta-se a importância da atuação dos múltiplos atores da cadeia em fóruns e redes setoriais multiatores e multissetoriais da sociobiodiversidade e da sociobioeconomia para desenvolver estratégias de sustentabilidade; pensar de maneira integrada, junto ao poder público, academia, setor privado e produtores. Neste sentido, a rede Diálogos Pró-Açaí é fundamental como referência já consolidada representando a cadeia; no entanto, outros espaços podem ser criados ou aprimorados, como câmaras setoriais e de comercialização, conferências nacionais, audiências públicas, conselhos, influenciando leis orçamentárias e planos de desenvolvimento regionais territoriais. O caráter sistêmico é essencial, ou seja, articular as ações de forma coordenada, com protagonismo dos territórios, a partir de arranjos produtivos locais.

A cadeia de valor do açaí é formada por diversos atores: produtores extrativistas e da agricultura familiar, atuando em grupos ou individualmente, formalizados ou não, atravessadores, processadores, distribuidores, varejistas e consumidores, com protagonismos diferenciados, dependendo do papel desenvolvido por cada um, alguns com maior poder de influência, e que podem fortalecer a narrativa da sustentabilidade proposta neste documento.

É primordial que o protagonismo dessas instituições prevaleça e as recomendações estejam interconectadas entre os diferentes elos, influenciando e direcionando as ações para os resultados em que todos serão beneficiados, assim como a necessidade das instituições continuarem em comunicação contínua, se encontrando e provocando essa inteligência coletiva, retroalimentando com novas proposições e recomendações, pois, como destacado, este documento não se trata de um trabalho exaustivo, que se encerra nesta primeira edição, mas deve ser revisto e aprimorado no âmbito da rede Diálogos Pró-Açaí nos próximos anos, junto a todos os parceiros e colabores da iniciativa.



Referências

- ACEVEDO MARIN, R. E. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. Paper do NAEA, v. 170, n.1. 2004.
- BENATTI, José Heder. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. In: ALVES, Fábio (org.). A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. Brasília: IPEA, 2016. p. 17-29. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/343>. Acesso em: 09 nov. de 2022.
- BIRCH, K.; TYFIELD, D. Theorizing the bioeconomy: biovalue, biocapital, bioeconomics or ...what? Science, Technology and Human Values, v. 38, 2013. p. 299-327.
- BECKER, B. K. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: M. e. COY. Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BIRRER, S.; MARTINS, L. N. N.; SOUZA, M. P.; BENTES GAMA, M. M. Gestão de políticas públicas: análise do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. (Fundação Universidade Federal De Rondônia; Fundação Universidade Federal De Rondônia E Embrapa Ro). X Congresso Nacional De Excelência Em Gestão. 08 e 09 de agosto de 2014.
- BRASIL 2 – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2018. 36 p.
- BRASIL. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a política nacional de desenvolvimento regional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: ago. 2019.
- BRASIL. Portaria n. 299, de 4 de fevereiro de 2022. Estabelece as Rotas de Integração Nacional como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva do Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional/Portaria_299.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.
- BRASIL. Nota técnica nº 3/2020/6^oCCR/MPF, 1 de junho de 2020. Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, 6a Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2021/02/4Nota-Tecnica-GERAL-3.2020-6CCR-alimentos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- BRASIL. Lei Nº 12.651, DE 25 de maio de 2012. Presidência da República: Casa Civil Subchefia: para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 09 de novembro de 2022.
- BRASIL. Instrução Normativa Conjunta ANVISA-MAPA, nº 2 de 7 de fevereiro de 2018. Define os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana. Disponível em: inc-02_2018-rastreabilidade.pdf (www.gov.br). Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. Portaria MS nº 1.469, de 29 de dezembro de 2000. Procedimentos e responsabilidades ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/portaria_1469.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 23, de 25 De Março De 2020 – MAPA. Regulamento Técnico Do Mercosul Sobre As Condições Higiênic-Sanitárias E De Boas Práticas De Fabricação Para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores De Produtos Vegetais, Subprodutos E Resíduos De Valor Econômico. Disponível em: <https://alimentusconsultoria.com.br/instrucao-normativa-no-23-de-25-de-marco-de-2020-mapa/>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- CALZAVARA, B. B. G. As possibilidades do açaizeiro no estuário amazônico. Belém: FCAP. Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, v.5. 1972.103 p.
- CALZAVARA, B.B.G. Açaizeiro. Belém: Embrapa-CPATU, 1987.
- CANUTO, A. (2007). Direitos Humanos no Brasil: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Direitos humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, Brasil.: Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Pesquisa em Movimentos.
- CARVALHO, C.J.R., ROMBOLD, J., NEPSTAD, D.C., ABREU, T.D. Relações hídricas do açaizeiro em mata de várzea do estuário do Amazonas. Laboratório de Ecofisiologia Vegetal, Embrapa, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal, v. 10, n. 3, 98. p. 213-218.
- CASTRO, A. 2000. O extrativismo do Açaí na Amazônia central. In: Empeaire, L. A floresta em jogo - o extrativismo na Amazônia Central. Editora UNESP. São Paulo. p.129-138.
- CIALDELLA, N.; EULER, A. M. C.; SUPERTI, E.; MAZUREKD, S. R. R; AUBERTINE, C. Comunidades tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre Sociobiodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 40, 2022.
- CORRÊA, R. de O. Barreiras no comércio internacional, normas técnicas e normas de sustentabilidade: as novas e velhas regras de certificação. 2019. (Working Paper,

- n. 497). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/26074>. Acesso em: Ago. 2022.
- COSTA, F. A. Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável – apontamentos. *Revista Terceira Margem Amazônia* - v. 2, n. 7, 2016.
- CRONQUIST, A. An integrated system of classification of flowering plants. New York: Columbia University Press, 1981.
- CONCEIÇÃO, F. F.; SANTOS, D. J. R.; SANTOS A. C.; RUSSO, S. L. Prospecção tecnológica de patentes utilizando o Fruto Açaí (Euterpe Oleracea). 8^o INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON TECHNOLOGICAL INNOVATION – ISTI 2017 Aracaju/SE – 20 a 22/09/2017. v. 8. n.1. p.502-509.
- COLOMBO, G. M.; SIMIÃO, C. S.; SCHMITZ, M. J.; PEDROSA, V. F.; ROMANO, L. A.; TESSER, M. B.; RAMOS, P. B.; WASIELESKY, W.; MONSERRAT, J. M. The role of açai [Euterpe oleracea Mart. 1824] as a chemoprotective agent in the evaluation of antioxidant defence, oxidative damage and histology of juvenile shrimp *Litopenaeus vannamei* (BOONE, 1931) exposed to ammonia. *Aquaculture Research*. 2020; 00:1-16. DOI: 10.1111/are.14503.
- ENGEL, V. L. Sistemas Agroflorestais: Conceitos e Aplicações. Botucatu: FEPAP. 2003.
- EMBRAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Boas Práticas de Armazenagem na Indústria de Alimentos. 2000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1O1XpYME0dN3yPZQxjzQ-GpnqmdBTGj/view>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FERREIRA SENRA ANTELO, F., PANTOJA RAMOS, C. A., DOS SANTOS MONTEIRO, Y., & ALVES MACIEL, A. R. (2022). Efeitos da regularização ambiental sobre o ordenamento territorial do município de Bagre, Marajó, Pará, Brasil. *Retratos De Assentamentos*, 24(1), 187-215. Disponível em :<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.476>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Conectividade digital em comunidades ribeirinhas remotas no interior do estado do Amazonas. 2021. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/publicacao/conectividade-digital-em-comunidades-ribeirinhas-remotas-no-interior-do-estado-do-amazonas/>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FUNDAÇÃO FSSC 22000. Esquema FSSC 22000 versão 5. 2019. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1RupoMPy0nOZ898CvW1WYgynoSx5xYbY/view>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FUNDAÇÃO FSSC 22000. Pagamentos por Serviços Ambientais: Um Manual Sobre Como Iniciar. 2020. Disponível em:https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/imported/getting-started_portuguese-pdf.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2022
- FOREST TRENDS. Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil. 2015. Disponível em: https://brazil.forest-trends.org/documentos/matriz_book.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FERREIRA, O. B. S.; FREITAS, J. R. É possível falar em desenvolvimento na cadeia produtiva do açaí? *Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável*. ISSN: 2526-0057. Porto Alegre. v. 4, n. 2. 2018. p. 55-75. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565775.pdf>.
- FERENHOF, HA, FERNANDES, RF, 2016. Desmistificando a revisão de literatura como base para a escrita científica: Método SSF. *Revista ACB* 21 (3), p. 550-563.
- FREIRE, G. de M.; HEIMANN, J. de P.; & DA CUNHA, L. H. R. (2021). Análise da produção científica de brasileiros acerca da certificação florestal. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 24 (2), 263-279. <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2021.v24i2.788>.
- FONTES, Edilza; RIBEIRO, Fabrício. Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura. *História Oral*, v. 1, n. 15, 2012. p. 81-106. .
- GIZ/MDA. Reporte da reunião de validação dos resultados do mapeamento e análise da Cadeia de Valor do Açaí, com o Grupo Focal dos Diálogos Pró-Açaí. 2022.
- HOMMA, A. K.O.; NOUGUEIRA, O. L. MENEZES, A. J. E. A.; CARVALHO, J. E. U.; NICOLI, C. M. L.; MATOS, G. B. Açaí: novos desafios e tendências. *Amazônia: Ci. & Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.
- HOMMA, A. K. O. Extrativismo, biodiversidade e biopirataria: como produzir benefícios para a Amazônia. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 97 p.
- HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia. Limites e oportunidades. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. – Brasília-SPI, 1993. 202 pag.
- IPAM Amazônia. Desafios para a Sustentabilidade na Cadeia do Açaí: Subsídios para a Iniciativa Açaí Sustentável. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/133qitqJKQuhfSvGKC2TeVPnbWvnaAc6o/view>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- ISEAL. Os princípios de credibilidade ISEAL. Disponível em: <https://www.isealalliance.org/defining-credible-practice/iseal-credible-principles>. Acesso em: jan. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO. Portaria nº 200, de 29 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC002753.pdf> . Acesso em: jun. 2021.
- International Trade Center – ITC. Standards Maps. Disponível em: <https://www.standardsmap.org/en/home>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). Estudo das cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros no estado do Pará. Belém, PA: IDESP, 2010. 305p.
- JACOBI, P. R., & BESEN, G. R. (2017). Empresas do sistema B - Inovação em sustentabilidade. In: A. Phillip Jr., C. Sampaio, & V. Fernandes. Gestão empresarial e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole.
- JARDIM, M. A. G. A cadeia produtiva do açaizeiro para frutos e palmito: implicações ecológicas e socioeconômicas no Estado do Pará. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, Belém, Pará, 2002.
- JARDIM, M. A. G. Pesquisas com a palmeira açai [Euterpe oleracea Mart.] no museu paraense Emílio Goeldi. 2002. Disponível em: <http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/790>. Acesso em: Ago. 2022.
- JARDIM, M.A.G.; KAGEYAMA, P.Y. Fenologia de floração e frutificação em população natural de açaizeiro (Euterpe oleracea Mart.) no Estuário Amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v.10, n.1, p.77-82, 1994.
- LANDRY, M. E., & DOWBIGGIN, J. (2010). Sistematización del Proyecto Restauración de la Biodiversidad y Desarrollo Comunal a través de la forestería análoga: de la teoría a la implementación en los bosques Modelo Reventazón (Costa Rica), Atlántida (Honduras) y Colinas Bajas (República Dominicana (Vol. 10). *Turrialba: Serie divulgativa / CATIE*. doi:ISBN 978-9977-57-530-8
- LEITE, M.V.S.; ANTUNES, A.F.F.; CABACINHA,

- C.D.; ASSIS, A.L.; GAMA, A.T. da; SALES, N. de L.P. Compliance with Environmental and Social Legislation in Certified Forestry Companies. *Revista Floresta e Ambiente*. Rio de Janeiro, v.25, n.1, 11 p., 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8087.010015>.
- LARREA, C.; LEAL, S.; SARMIENTO, F.; VOORA, V. Voluntary Sustainability Standards, Forest Conservation, and Environmental Provisions in International Trade Policy. Disponível em: voluntary-sustainability-standards-forest-conservation-trade-policy.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.
- MONTENEGRO-GÓMEZ, S. P.; ROSALES-ESCARRIA, M. Fruto de naidí (Euterpe oleracea) y su perspectiva en la seguridad alimentaria colombiana. *Entramado*, v. 11, n. 2, 2015. p. 200-207.
- MATHEUS, T. Racismo ambiental à brasileira. *Climainfo*. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2021/11/16/racismo-ambiental-a-brasileira/>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- MCTIC. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia, 2018. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_BIOECONOMIA_web.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.
- MARTINS, F.J.; SOLDÁ M.; PEREIRA, N.F.F. Interdisciplinaridade: da totalidade à prática pedagógica. *INTERthesis*, Florianópolis, v. 14, n. 12, 2017. p. 1-18.
- MMA; MDA; MDS. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: Ago. 2022.
- NEUMMAN, R., & HIRSH, E. Commercialization of non-timber forest products: review and analysis of research. *Puntera: SMT Grafika*. 2000.
- NOGUEIRA, O., L.; HOMMA, A., K., O. Análise econômica de sistemas de manejo de açaiuais nativos no Estuário Amazônico. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1998. 38p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 128).
- OLIVEIRA, M. S. P.; CARVALHO, J. E. U.; NASCIMENTO, W. M. O. MULLER, C. H. Cultivo do Açaizeiro para Produção de Frutos. *Circular técnica 26*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Belém, Pará. 2002.
- OLIVEIRA, M. S. P. *Biologia floral do açaizeiro em Belém, PA*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 26p.; 21cm. - (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento).
- PACTO GLOBAL. ESG. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esp>. Acesso em: ago. 2020.
- PAES-DE-SOUZA, M.; SILVA, T. N. PEDROZO, E. Á. SOUZA FILHO, T. A. O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v.3, n.2, 2011.
- PESSOA, J. D. C.; TEIXEIRA, G. H. de A. (Ed.). *Tecnologias para inovação nas cadeias euterpe*. Brasília, DF: Embrapa, 2012. p. 21-39. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/949502>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- PENA, H. W. A.; BAHIA, P. Q.; COSTA, B. A. Uma análise multivariada na identificação dos fatores de competitividade sistêmica nas agroindústrias de açaí no Estado do Pará. *Anais. XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais SIMPOI*. 2011.
- POTIGUAR, M.; RAMOS, C. A. Oficina de elaboração de estratégia de promoção da cadeia de Valor do açaí marajoara. *Relatório da atividade 1.3 do projeto de fortalecimento dos arranjos produtivos locais apl's do açaí e andiroba no Marajó*. Belém. 2013.
- PERES, W. R., CARDOSO, M. P., BEZERRA, C. A., & MOREIRA, C. A. Perspectivas de normalização e da certificação ambiental no Brasil. *Ciência Da Informação*, 21(1), 53-56, 1992.
- QUEIROZ, J. A. L. MOCHIUTTI, S. Tipos de açaiuais do estuário amazônico e efeitos das intervenções praticadas por extratores ribeirinhos. *Simpósio Internacional da IUFRO: Manejo Integrado de Florestas Úmidas Neotropicais por indústrias e comunidades*, 2000. p. 344-350.
- RAMOS, C.A.P; ANTELO, F.F.S. CNFP e CAR, dois cadastros em disputa pelo território e recursos florestais. 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14215&catid=76&m=0>. Acesso em: 09 de nov. 2022.
- RAMOS, C.A.P. Sobre o metaverso agrário. 2022. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/7571231>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- RUIZ-PEREZ, M. A conceptual framework for CIFOR's research on non-wood forest products. *Working paper n° 6*, Jan. Jakarta, Indonésia, 1995.
- SHANLEY, P.; PIERCE, A. R.; LAIRD, S. A.; GUILLÉN, A. Tapping the Green Market Certification and Management of Non-Timber Forest Products. *Earthscan Publications Ltd*. 2002.
- SHANLEY, P. MEDINA, G. Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica. Belém: CIFOR/IMAZON, 2005. 300p. II.
- SAWYER, D. R. Possibilidades e limites de formas alternativas de exploração econômica da Amazônia brasileira. *Belo Horizonte: Nova Economia*, v. 1, 1990.
- STRUDWICK, J.; SOBEL, G. Uses of Euterpe oleracea Mart. in the Amazon Estuary, Brazil. Source: *Advances in Economic Botany*, v. 6, *The Palm — Tree of Life: Biology, Utilization and Conservation* (1988), pp. 225-253. New York Botanical Garden Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43927532>.
- SCHAUSS, A. G. Açaí (Euterpe oleracea Mart.). *A Macro and Nutrient Rich Palm Fruit from the Amazon Rain Forest with Demonstrated Bioactivities In Vitro and In Vivo*. *Bioactive Foods in Promoting Health. Fruits and Vegetables*. 2010, p. 479-490.
- VENTURIERI, G. C. Manejo de polinizadores autóctones de açaizeiro (Euterpe Oleraceae Mart.) na Amazônia Oriental. *Encontro sobre abelhas – 1996-2006 - 50 anos da abelha africanizada no Brasil*. Ribeirão Preto, junho de 2006.
- VASCONCELOS, M. A. M.; GALEÃO, R. R.; CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, V. Práticas de Colheita e Manuseio do Açaí. EMBRAPA- Amazônia Oriental – Documentos 251, Belém, Pará, 2006.
- VENTURIERI, G.C.; SOUZA, M. S de; CARVALHO, J.E.U de; NOGUEIRA, O. L. Plano de manejo para os polinizadores do açaizeiro Euterpe oleracea (Arecaceae). In: YAMAMOTO, M; OLIVEIRA, P.E; GAGLIANONE, M.C. Uso sustentável e restauração da diversidade dos polinizadores autóctones na agricultura e nos ecossistemas relacionados: Planos de manejo. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2014. p. 97-129.
- WWF-Brasil. *Boas práticas de manejo, comercialização e beneficiamento dos frutos de açaí: Euterpe precatoria*. Cartilha, WWF-Brasil. 2014. 17p.

DIÁLOGOS PRÓ-AÇAÍ

**Caderno de
recomendações
para a sustentabilidade da cadeia
de valor do açaí**



Por meio da



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
E AGRICULTURA FAMILIAR



Realização

